



# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Câmara Municipal  
de Pampilhosa da Serra

2011



**PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO**

**PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA**

**PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

**PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**



## Índice

<b>Parte I – Enquadramento Geral do Plano .....</b>	<b>5</b>
1. Introdução .....	6
2. Âmbito de Aplicação .....	7
3. Objectivos Gerais .....	8
4. Enquadramento Legal .....	9
5. Antecedentes do processo de planeamento .....	9
6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território .....	10
7. Activação do plano .....	10
7.1. Competência para a activação do plano .....	10
7.2. Critérios para a activação/desactivação do plano .....	11
8. Programa de Exercícios .....	11
 <b>Parte II – Organização da Resposta .....</b>	 <b>13</b>
1. Conceito de actuação .....	14
1.1. Comissão Municipal de protecção civil .....	14
1.2. Sistema de gestão de operações .....	14
2. Execução do Plano .....	15
2.1. Fase de emergência .....	16
2.2. Fase de reabilitação .....	17
3. Articulação e actuação de agentes, organismos e entidades .....	17
3.1. Missão dos agentes de protecção civil .....	18
3.1.1. Fase de emergência .....	18
3.1.2. Fase de reabilitação .....	23
3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio .....	25
3.2.1. Fase de emergência/fase de reabilitação .....	25
 <b>Parte III – Áreas de Intervenção .....</b>	 <b>29</b>
1. Administração de meios e recursos .....	30
2. Logística .....	31
2.1. Apoio logístico às forças de intervenção .....	31
2.2. Apoio logístico às população .....	32
3. Comunicações .....	33
4. Gestão de informação .....	34
4.1. Gestão da Informação às entidades intervenientes .....	34
4.2. Gestão da Informação à população .....	35
5. Procedimento de evacuação .....	36
6. Manutenção da ordem pública .....	37
7. Serviços médicos e transporte de vítimas .....	38
8. Socorro e Salvamento .....	39
8.1. Prioridades e instruções de coordenação .....	39
9. Serviços mortuários .....	41
10. Protocolos .....	42



<b>Parte IV – Informação Complementar.....</b>	<b>43</b>
<b>Secção I.....</b>	<b>43</b>
1. Organização geral da protecção civil no Minicípio.....	44
2. Mecanismos da estrutura de protecção civil.....	44
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil.....	44
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta /activação do plano.....	46
2.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso.....	47
<b>Secção II.....</b>	<b>49</b>
1. Caracterização Geral.....	49
1.1. Enquadramento administrativo.....	49
1.2. Caracterização Física.....	51
1.2.1. Geologia.....	51
1.2.2. Morfologia.....	51
1.2.3. Rede Hidrológico.....	54
1.3. Caracterização climática.....	54
1.3.1. Temperatura.....	55
1.3.2. Precipitação.....	56
1.3.3. Classificação climática.....	57
1.3.4. Ventos.....	58
1.4. Caracterização da População.....	58
2. Caracterização das infra-estruturas.....	61
3. Caracterização do risco.....	65
3.1. Análise de risco.....	65
3.2. Análise de vulnerabilidade.....	69
3.3. Estratégia para a mitigação de riscos.....	70
4. Cenários.....	71
5. Cartografia.....	74
<b>Secção III.....</b>	<b>74</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>75</b>



## **PARTE I-**

### **ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO**



## 1- INTRODUÇÃO

“A Protecção Civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situação de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.”

A Constituição da República Portuguesa consagra princípios fundamentais relativos às atribuições e responsabilidades do Estado, principalmente na garantia dos direitos à vida, à segurança, ao bem – estar dos cidadãos e a preservação, em geral, dos bens da comunidade e das pessoas, mesmo nas situações mais adversas, nomeadamente as que decorrem de acidentes graves, catástrofes ou calamidades de origem natural ou provocadas pelo Homem.

Para tal, é necessário avaliar os riscos, planejar e organizar os socorros, para além de criar condições para que todos os meios disponíveis de operações de socorro e assistência possam, na altura certa, desempenhar o seu papel de forma rápida, eficiente e coordenada.

Neste contexto e face à inevitabilidade de ocorrência de catástrofes o município de Pampilhosa da Serra cria um instrumento, ***Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Pampilhosa da Serra***, que os Serviços Municipais passam a dispor para o desencadeamento das operações de Protecção Civil, com vista a possibilitar uma unidade de direcção e controlo, para a coordenação das acções a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade.

Para o concelho da Pampilhosa da serra os principais riscos são os fogos florestais e as inundações/cheias provocadas pelo rio Zêzere e Unhais, principalmente nas freguesias de Dornelas do Zêzere, Janeiro de Baixo e Pampilhosa da Serra.

De mencionar a existência no Concelho de uma barragem – Barragem de Santa Luzia - referir a possibilidade de ruptura da mesma, embora de baixa probabilidade. Compete e é da responsabilidade do da infra-estrutura (EDP) a elaboração do plano de



emergência interno com a indicação do pico de onda cheia, altura máxima modelada, bem como a implementação de um sistema de Aviso e Alerta. Será em consonância com esta premissa que SMPC elaborará o seu plano de emergência externo.

No que respeita a acidentes rodoviários e incêndios urbanos/industrial, embora, tenham uma incidência reduzida, não podemos deixar de lado essa hipótese.

Deste modo, pretende-se que cada interveniente, face ao accionamento do PMEPC, tenha presente sem subsistência de dúvidas, as funções que lhe competem, as expectativas geradas quanto ao seu desempenho, bem como as expectativas que devem ter relativamente à actuação dos restantes parceiros.

No âmbito do PMEPC, os responsáveis dos serviços da Câmara Municipal, dos agentes de protecção civil e de outras entidades e organizações de apoio, deverão, ainda, informar o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) sempre que ocorra qualquer alteração que contribua para melhorar a eficácia do PMEPC ou, pelo contrário, que ponha em causa a sua execução conforme planeado.

O PMEPC, deve ser revisto uma vez a cada dois anos ou sempre que existam alterações pertinentes fruto da sua aplicação prática em exercícios ou em situações reais de emergência.

O Director do Plano é, por inerência, o Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sendo o seu substituto o Vice-Presidente.

## **2- ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

O PMEPC tem a sua aplicação à escala do Município de Pampilhosa da Serra, este tem uma área territorial de 39 649 ha e administrativamente subdivide-se por 10 freguesias: Cabril; Dornêlas do Zêzere; Fajão; Janeiro de Baixo; Machio; Pampilhosa da Serra; Pessegueiro; Portela do Fojo; Unhais-o-Velho e Vidual e procura dar resposta a todas as situações de risco que ocorram neste território.

O PMEPC, destina-se assim a precaver todos os riscos com origem natural, e outros, com possibilidade de atingir o Município de Pampilhosa da Serra, principalmente, pelos factores abióticos, incêndios florestais, cheias e inundações, ondas



de calor, vagas de frio, movimento de terras, acidentes graves de tráfego, incêndios urbanos/industrial, entre outros.

O conhecimento do conteúdo deste plano por todos os agentes identificados como agentes da protecção civil, é de vital importância para uma rápida resposta as emergências e consequente socorro á população.

### **3- OBJECTIVOS GERAIS**

O PMEPS tem os seguintes objectivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas e empenhar em operações de protecção civil;
- Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessária à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, assumpção de uma cultura de auto-protecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.





#### **4- ENQUADRAMENTO LEGAL**

- Resolução n.º25/2008 de 18 de Julho de 2008 da Comissão Nacional de Protecção Civil – Aprova a directiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil;
- Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal;
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com a alteração introduzida pela Declaração de Rectificação n.º 46/2006, de 28 de Junho – aprova a Lei de Bases da Protecção Civil;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho de 2006 – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS)

#### **5- ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO**

A aprovação do PMEPC existente data de Abril de 2008.

O PMEPC foi activado duas vezes, uma durante a ocorrência de um incêndio florestal, em Agosto de 2005 e outra em Outubro de 2006, devido às cheias e inundações ocorridas no Concelho.

No que diz respeito a exercícios de teste ao plano em vigor, foram realizados diversos exercícios sectoriais, tais como, acidentes rodoviários, sismos e incêndios urbanos.

O PMEPC foi apresentado em reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil, em 15 de Dezembro de 2009, sobre o qual foi emitido o parecer favorável.

O presente plano, foi de seguida submetido à Consulta Pública por um período de 30 dias a contar da data de 28 de Julho de 2009. Findo esse prazo não houve nenhuma sugestão ou observação a fazer ao mesmo.



## **6- ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

A elaboração do PMEPC foi realizada de acordo com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território vigentes para a área territorial do Concelho de Pampilhosa da Serra, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), no que respeita a cartografia e o Plano Director Municipal (PDM), com base na carta de condicionantes e na Estrutura ecológica municipal. Teve-se em conta as áreas de risco identificadas nos respectivos instrumentos citados.

É igualmente objecto deste plano a articulação com os PME's dos municípios limítrofes, no que diz respeito à cooperação institucional, bem como com o Plano de Emergência do Distrito de Coimbra e o Plano Nacional de Emergência no que toca aos objectivos estratégicos e resposta operacional.

De focar que os dois planos referidos anteriormente, encontram-se ainda em revisão.

## **7- ACTIVAÇÃO DO PLANO**

A activação do plano de emergência visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afectos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos.

### **7.1- Competência para a activação do Plano**

Em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe no concelho de Pampilhosa da Serra, compete à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) activar o PMEPC, a CMPC tem que ter pelo menos 4 (quatro) elementos presentes, nomeadamente: o Presidente da Câmara Municipal, o Comandante Operacional



Municipal (COM), o elemento dos Bombeiros Voluntários e o elemento da GNR, a quando da impossibilidade da reunião do plenário, sendo posteriormente sancionada pelo mesmo. A activação é feita no edifício do município, na sala de reuniões ou em alternativa no quartel dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

Em caso de activação a sua publicitação é feita através de dois jornais regionais, “Diário as Beiras” e “Diário de Coimbra”, um local, “Comarca de Arganil”, rádio local, “Rádio Pampilhosa” e no site da Internet da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.

#### **7.1.1- Critérios para a activação do Plano/desactivação do plano**

O PMEPC é activado, quando existe iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para a população, bens e ambiente, que justifique a adopção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação

Uma vez que, o concelho é muito vasto em área, mas escasso em pessoas é difícil estabelecer critérios para a activação do PMEPC, pois essa definição é bastante complexa. No entanto podemos apontar alguns critérios para a activação do plano: quando 30% da área territorial, abrangida pelo plano, for afectada por acidentes graves ou catástrofe; quando exista um elevado n.º de vítimas, a partir 10: mortos, feridos, desalojados, desaparecidos, isolados ou evacuados; quando existam danos consideráveis em edifícios, vias de comunicação, infra-estruturas, bens, património ou no ambiente.

Também, é activado quando houver emergência de Saúde Pública com impacto sobre a População.

A desactivação do PMEPC, e consequente desmobilização dos meios operacionais, é da competência da CMPC após parecer do COM (Comandante Operacional Municipal).

### **8- PROGRAMA DE EXERCÍCIOS**

O plano de emergência deve ser anualmente treinado, através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. A realização de exercícios a



## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

promover pelo SMPC testam o plano em vigor, actualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, praticam-se os procedimentos a adoptar em situação real de emergência.

- Exercício de coordenação e controlo, do tipo CPX (Comand Post Exercise), a realizar bianualmente e 180 dias após a aprovação do PMEPC.
- Exercício conjunto com simulacros executados pelas forças de intervenção, do tipo LIVEX, a realizar anualmente

O processo de avaliação do exercício inclui a elaboração, por partes das entidades envolvidas, de relatórios de impressões, actas de reuniões/conferências de discussão neles baseadas e um relatório final.



## **PARTE II-**

## **ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA**



## **1- CONCEITO DE ACTUAÇÃO**

O conceito de actuação estabelece os princípios orientadores a aplicar numa operação de emergência de protecção civil. São definidas a missão, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes, organismos e entidades, são identificados regras de actuação e tipificadas as medidas a adoptar para resolver ou atenuar os efeitos decorrentes de um acidente grave ou catástrofe.

### **1.1 - Comissão Municipal de Protecção Civil**

A Comissão Municipal de Protecção Civil é o órgão de coordenação em matéria de protecção civil, sendo composto por elementos que auxiliam na definição e execução da política da protecção civil. As competências e a sua composição estão especificadas na Lei de Bases de Protecção Civil, Lei 65/2007, e correspondem às previstas para as comissões distritais adequadas, transplantadas à realidade e dimensão do município.

Assim sendo, compete à CMPC:

- Accionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação pela Comissão Nacional os planos Municipais de emergência;
- Acompanhar as politica directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em acções de protecção civil.

As CMPC podem determinar a existência de unidades locais de protecção civil, a sua respectiva constituição e tarefas.

A CMPC, no concelho da Pampilhosa da Serra, é composta pelo: Presidente da Câmara, que a preside; pelo Comandante Operacional Municipal (COM), um elemento do Comando dos bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, um elemento do Comando da GNR, pelo representante do centro de saúde de Pampilhosa da Serra, o director dos



Hospitais da Universidade de Coimbra, um representante dos serviços de segurança social e solidariedade e um representante da autoridade de saúde no concelho.

O local de funcionamento da Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) tem sempre vulnerabilidade reduzida face aos principais riscos, os fogos florestais e as inundações/cheias, que afectam o espaço geográfico em causa, e está próximo de um local bem fornecido de redes de comunicações e telecomunicações. É, também, dotado das convenientes condições logísticas necessárias ao seu funcionamento.

O local de funcionamento da CMPC é no Edifício da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sala de reuniões, sítio rua Rangel de Lima, ou em alternativa no quartel dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

## **1.2 – Sistema de Gestão de Operações**

O sistema de Gestão de Operações (SGO) desenvolve-se de uma forma modular de acordo com a importância e o tipo de ocorrência. Sempre que uma força de socorro de uma qualquer organização integrante do SIOPS seja accionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação.

O COM, quando nomeado, também deve acompanhar as operações de protecção e socorro que ocorram na área do concelho, assim como assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

## **2- EXECUÇÃO DO PLANO**

No uso das competências e responsabilidades que, legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da direcção e coordenação das operações de protecção civil, o Presidente da Câmara Municipal – Director do PMEPC, ou o seu substituto, empenhará todos os esforços para facultar aos diversos serviços da Câmara Municipal e aos demais



organismos intervenientes, as condições indispensáveis para assegurar o conjunto de acções a desenvolver.

## **2.1- Fase de Emergência**

- Reunir a CMPC, declarando a activação do PMEPC e accionar desde logo o aviso às populações em risco;
- Coordenar e promover a actuação dos meios de socorro, de modo a controlar o mais rápido possível as situações e prestar socorro adequado às pessoas em perigo, procedendo à sua busca e salvamento;
- Manter-se sempre informado sobre a evolução da situação, a fim de, em tempo útil, promover a actuação oportuna dos meios de socorro;
- Activar o Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra para difundir, através da comunicação social ou por outro meio, os conselhos e medidas a adoptar pelas populações em risco;
- Promover a evacuação dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento;
- Assegurar a manutenção da lei e da ordem, garantir a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco;
- Coordenar e promover a evacuação das zonas de risco, bem como as medidas para o transporte, alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas;
- Informar o CODIS de Coimbra da situação, sempre que se justifique, e solicitar os apoios e meios de reforço que considere necessários;
- Promover a coordenação e actuação dos órgãos e entidades Municipais de Protecção civil, empenhados ou a empenhar nas operações;
- Promover as acções de mortuária adequadas à situação;
- Declarar o final de emergência. Notificar os agentes de protecção civil (Bombeiros, GNR, INEM e demais serviços de saúde) envolvidos directamente e





os outros organismos envolvidos indirectamente do fim de emergência. A GNR deve ser a última a desmobilizar, para restabelecer o fluxo normal de trânsito.

## **2.2- Fase de reabilitação**

- Adoptar as medidas necessárias à urgente normalização das populações atingidas, procedendo ao restabelecimento, o mais rapidamente possível, dos serviços públicos essenciais, fundamentalmente o abastecimento de água e energia;
- Promover o regresso das populações, dos bens e dos animais deslocados;
- Promover a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar perigo de desmoronamentos;
- Elaborar um relatório sobre as operações realizadas, pelos agentes envolvidos, baseado na análise dos danos pessoais e materiais;
- Promover a salvaguarda dos bens da população deslocada;
- Efectuar um relatório geral sobre as acções desenvolvidas, com base nos relatórios elaborados pelos agentes envolvidos.

## **3- ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES**

Nas operações de protecção civil os agentes de protecção civil e as demais entidades e organismos de apoio envolvidos têm atribuições ou missões a desenvolver, em cada área de intervenção.

Assim, nos termos da Lei de Bases da Protecção Civil são Agentes de Protecção Civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

- ✓ Os corpos de Bombeiros;
- ✓ Gabinete de Protecção Civil;
- ✓ As Forças de Segurança;



- ✓ As Forças Armadas; (serão mobilizadas de acordo com a estrutura distrital)
- ✓ A Autoridade Marítima; (não aplicável ao concelho)
- ✓ A Autoridade Aeronáutica; (serão mobilizadas de acordo com a estrutura distrital)
- ✓ O INEM e demais serviços de saúde;
- ✓ Os Sapadores Florestais;
- ✓ Sapadores Municipais.

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio de intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Os Organismos e Entidades que estão envolvidos nestas operações são todos os serviços e instituições, públicos ou privados, com dever especial de cooperação com os agentes de protecção civil ou com competência específicas em domínio com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente. Entre eles contam-se:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários;
- Serviço de Saúde (Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra);
- Serviço de Saúde (Autoridade de Saúde de Pampilhosa da Serra);
- Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra;
- Instituto de Segurança Social de Coimbra;
- Departamentos da CMPS;
- Juntas de Freguesia.
- Outros (EDP, PT, REN, Águas do Centro)

### **3.1- Missão dos agentes de protecção civil**

#### **3.1.1- Fase de Emergência**

Os Agentes de Protecção Civil (APC) envolvidos nas situações de emergência, podem eventualmente participar nas reuniões da CMPC, quando convocados pelo presidente da CMPC.



### **Gabinete de Protecção Civil/Florestal**

Entidade Coordenadora	CMPC
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Executa as acções de informação e formação das populações, visando a sua sensibilização para a autoprotecção e colaboração com as autoridades nas acções de Protecção civil;</li><li>• Elabora e mantém actualizado o inventário dos meios e recursos disponíveis ou mobilizáveis no Município;</li><li>• Elabora e mantém actualizada a listade contactos necessária para a rápida mobilização de meios e recursos em caso de emergência;</li><li>• Planeia soluções de emergência que visam a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, o abrigo e o abastecimento das populações;</li><li>• Planeia a mobilização de meios de transporte para evacuações, transporte de desalojados e outras tarefas;</li></ul>

### **Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

Entidade Coordenadora	Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prevenção e combate a incêndios e de um modo geral implementar outras operações impostas pela emergência, incluindo as de socorro, busca e salvamento;</li><li>• Socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamento e, de um modo geral, em</li></ul>



Plano Municipal de Emergência  
De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

	<p>todos os acidentes;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Socorro a náufragos e buscas subaquáticas;</li><li>• Socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;</li><li>• Organiza, planeia e treina os subgrupos de intervenção.</li></ul>
--	--

**GNR – Guarda Nacional Republicana**

Entidade Coordenadora	Comandante da GNR
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garante as acções de manutenção da Lei e Ordem Pública;</li><li>• Preservação da segurança dos cidadãos e dos bens;</li><li>• Controle de tráfego rodoviário e restrições de circulação, bem como alternativas;</li><li>• Detecção, investigação e prevenção das actividades criminosas;</li><li>• Operações de busca, salvamento e evacuação;</li><li>• Operações de segurança no teatro de operações;</li><li>• Abertura de corredores de emergência/evacuação;</li><li>• Assegura a coordenação da remoção dos cadáveres de acordo com a lei e assegurar a segurança no transporte dos mesmos.</li></ul>



**Serviço de Saúde (Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra) /**  
**Serviço de Saúde (Autoridade de Saúde de Pampilhosa da Serra)**

Entidade Coordenadora	Director do Centro de Saúde/Delegado de Saúde
Fase de Emergência Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoia na coordenação de todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias;</li><li>• Apoia na referenciação transporte para as unidades de saúde adequadas;</li><li>• Apoia na montagem de postos médicos avançados;</li><li>• Apoia na Triagem e o no apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas.</li><li>• Avaliar o impacto da situação de emergência na saúde da população.</li></ul>
Fase de Reabilitação Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li></ul>

**INEM**

Entidade Coordenadora	Director do INEM ou dos demais Serviços de Saúde
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenação de todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias;</li><li>• Referenciação transporte para as unidades de saúde adequadas;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Montagem de postos médicos avançados;</li><li>• Triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas;</li><li>• Direcção das acções de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais.</li></ul>
--	---

### **Sapadores Florestais (SF\_09-164 e SF\_25-164)**

Entidade Coordenadora	AFN – Autoridade Florestal Nacional
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Primeira Intervenção e apoio ao combate a incêndios Florestais;</li><li>• Apoio às operações de rescaldo.</li></ul>

### **Sapadores Municipais**

Entidade Coordenadora	Município de Pampilhosa da Serra
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Primeira Intervenção e apoio ao combate a incêndios Florestais;</li><li>• Apoio às operações de rescaldo.</li></ul>

**Nota:** As Forças Armadas, o INAC entre outros agentes serão mobilizadas sempre de acordo com a estrutura distrital.



### 3.1.2- Fase de reabilitação

#### **Gabinete de Protecção Civil/Florestal**

Entidade Coordenadora	CMPC
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promove demolições, escoramentos e desobstruções sempre que necessárias;</li><li>• Assinala com os meios adequados a vistoria de edifícios e estruturas que ameaçam ruir, e de depósito de combustíveis líquidos e gasosos, propondo a sua reparação ou desactivação;</li><li>• Garante a logística necessária para manter um campo de deslocados;</li></ul>

#### **Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

Entidade Coordenadora	Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li><li>• Ajuda no realojamento das vítimas;</li><li>• Rescaldo e Vigilância pós incêndio.</li></ul>

#### **GNR – Guarda Nacional Republicana**

Entidade Coordenadora	Comandante da GNR
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o policiamento e segurança das zonas atingidas;</li><li>• Apoia no transporte e realojamento das populações atingidas.</li></ul>



### **INEM e demais Serviços de Saúde**

Entidade Coordenadora	Director do INEM ou dos demais Serviços de Saúde
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li><li>• Continuação do acompanhamento das vítimas após situação de emergência;</li><li>• Avaliação e encaminhamento das vítimas para as diferentes unidades de saúde.</li></ul>

### **Sapadores Florestais (SF\_09-164 e SF\_25-164)**

Entidade Coordenadora	AFN – Autoridade Florestal Nacional
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li><li>• Rescaldo e Vigilância pós incêndio.</li></ul>

### **Sapadores Municipais**

Entidade Coordenadora	Município de Pampilhosa da Serra
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li><li>• Rescaldo e Vigilância pós incêndio.</li></ul>

**Nota:** As Forças Armadas, o INAC entre outros agentes serão mobilizadas sempre de acordo com a estrutura distrital.





### **3.2- Missão dos organismos e entidades de apoio**

#### **3.2.1 – Fase de Emergência/Fase de Reabilitação**

##### **Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

Entidade Coordenadora	Comandante dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li><li>• Ajuda no realojamento das vítimas;</li><li>• Rescaldo e Vigilância pós incêndio.</li></ul>

##### **Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra**

Entidade Coordenadora	Provedor
Fase de Emergência Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prepara um sistema de requisição de bens e géneros;</li><li>• Garante a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios, quando necessário;</li><li>• Prepara um sistema de recolha de dádivas;</li><li>• Promove a inventariação de meios e recursos no âmbito dos sectores alimentares, agasalhos, materiais sanitários e outros;</li><li>• Prevê a confecção e distribuição de alimentos ao pessoal das forças envolvidas em acção de socorro e populações desalojadas;</li><li>• Colabora com os meios disponíveis, nas acções de transporte;</li><li>• Garante a logística necessária para a manutenção de um</li></ul>



**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

Fase de Reabilitação Missão/Tarefas	<p>campo de desalojados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li> </ul>
---	--

**Instituto de Segurança Social de Coimbra**

Entidade Coordenadora	Director
Fase de Emergência Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação da área de apoio social às populações deslocadas ou isoladas;</li> <li>Accionar os dispositivos necessários para o alojamento, agasalho e alimentação das populações atingidas;</li> <li>Mobilização de apoios ou reforços de meios.</li> </ul>
Fase de Reabilitação Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência, nomeadamente no acompanhamento e encaminhamento da população afectada.</li> </ul>



**Departamentos da CMPS**  
**(Gabinete Protecção Civil/florestal, Gabinete de acção social, Estaleiro,**  
**Divisão Técnica de Obras, outras)**

Entidade Coordenadora	Presidente da Câmara
Fase de Emergência Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoiar na logística necessária ao desenvolvimento inerente às funções de cada departamento de modo a fazer face à situação de emergência.</li></ul>
Fase de Reabilitação Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações, bens e serviços afectados pela situação de emergência.</li></ul>

**Juntas de Freguesia**

Entidade Coordenadora	Presidente das Juntas
Fase de Emergência Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias, inerentes às suas funções, para fazer face à situação de emergência;</li><li>• Apoiar com os meios existentes nas juntas a vigilância e primeira intervenção aos incêndios florestais;</li></ul>
Fase de Reabilitação Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver acções necessárias à reposição da normalidade das populações afectadas pela situação de emergência.</li></ul>



**EDP/REN**

Entidade Coordenadora	Piquete de serviço
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o rápido restabelecimento de energia eléctrica ou corte da mesma;</li></ul>

**Águas do Centro**

Entidade Coordenadora	Piquete de serviço
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o rápido preestabelecimento de água pública ou corte da mesma;</li></ul>

**PT**

Entidade Coordenadora	Piquete de serviço
Missão/Tarefas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o rápido preestabelecimento de contacto telefónico e internet;</li></ul>



## **PARTE III-** **ÁREAS DE INTERVENÇÃO**



## **1- ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS**

Nos termos da Lei a Administração é assegurada pela Câmara Municipal.

Dentro da Câmara Municipal o Presidente assume a figura máxima de coordenação, logo de seguida o Vice-Presidente.

O encarregado geral da autarquia faz a ponte com todos os serviços interno da Câmara, dentro dos serviços interno quem coordena são os técnicos superiores de coordenação e os encarregados operacionais (todos nomeados).

### **Pessoal empenhado**

O pessoal da Administração Pública Local é nomeado e remunerado pelos Organismos a que pertence.

O pessoal integrado nas Entidades e Organismos previstos no PMEPC são remunerados por essas mesmas Entidades e Organismos e tem o direito de receber senhas de presença nas reuniões em que participem, nos termos da legislação em vigor.

O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deve apresentar-se nas juntas de freguesia e no quartel dos Bombeiros, que constituem Postos Locais de Recenseamento de Voluntários, se outros sítios não forem divulgados.

### **Finanças**

A Câmara Municipal deve contemplar em Plano de Actividades e no Orçamento, no âmbito do SMPC, as verbas previstas para as despesas resultantes das acções de inventariação de meios e recursos, bem como para as decorrentes das acções específicas do PMEPC.

A aquisição de bens e serviços será feita nos termos legais por requisição da CMPC e a liquidação das despesas será efectuada pelo SMPC, segundo as normas da contabilidade pública (ajuste directo, DL 18/2008 de 29 de Junho), através da Divisão Administrativa e Financeira do Município.



É também da responsabilidade da Divisão Administrativa e Financeira do Município, a gestão dos processos de seguros inerentes às operações de Protecção Civil.

São da responsabilidade das Entidades e Organismos Públicos Envolvidos as suas despesas realizadas em operações de Protecção Civil. Eventuais participações serão determinadas de acordo com o que vier a ser estabelecido superiormente.

No caso de uma determinada área que, abrange o Município de Pampilhosa da Serra ser declarada em situação de calamidade os auxílios serão concedidos de acordo com a legislação em vigor.

Os subsídios e donativos recebidos em dinheiro, com destino às operações de emergência, são administrados pelo SMPC, através da Divisão Administrativa e Financeira do Município, através de uma conta específica para o efeito.

De salientar, que a gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos previstos neste plano é da responsabilidade do Gabinete de Protecção Civil.

## **2- LOGÍSTICA**

### **2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção**

Os departamentos e gabinetes da Câmara Municipal satisfazem as necessidades logísticas através da estrutura de coordenação e controlo a funcionar no SMPC, o qual estabelece os procedimentos para a respectiva requisição, servindo-se, para o efeito imediato, das instalações, meios e recursos do estaleiro municipal.

O Município coloca assim à disposição, com a respectiva coordenação do SMPC, o seu parque automóvel e meios humanos.

A alimentação do pessoal voluntário e dos delegados dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio que fazem parte da estrutura de coordenação e controlo é da responsabilidade do SMPC.

Os agentes, entidades e organizações de apoio satisfazem as próprias necessidades logísticas iniciais, quanto a equipamento, materiais descartáveis,



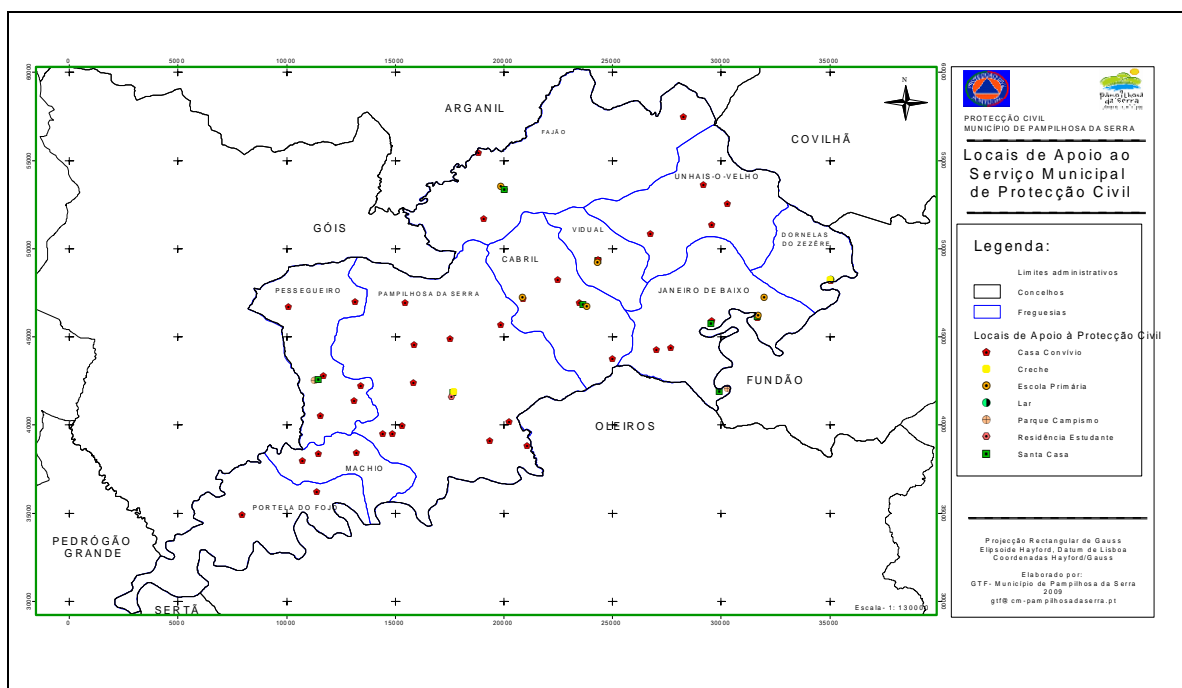
alimentação, alojamento, transporte, combustíveis, lubrificantes e manutenção e reparação de equipamentos.

As necessidades logísticas adicionais dos agentes, entidades e organizações de apoio são satisfeitas através da estrutura de coordenação e controlo a funcionar no SMPC, que estabelece os procedimentos para a sua requisição.

## 2.2. Apoio Logístico às Populações

A alimentação, abrigo provisório e agasalho das populações evacuadas, será encargo do SMPC através de verbas disponibilizadas superiormente para o efeito, e contratualizadas, caso a caso, aos agentes locais com disponibilidade de fornecimento.

No mapa que se segue, pretende-se esquematizar os locais no concelho que podem ser utilizados como locais de abrigo (mapa 1) e apoio as populações (com cozinhas, casa de banho, bons acessos,..), e outros locais que podem ser usados como ponto de coordenação pelos agentes de intervenção (com Energia eléctrica, telefone, internet, bons acessos, combustíveis, oficinas, ...).







Em termos de apoio médico, existe na localidade de Dornelas do Zêzere, um posto médico aberto nos dias úteis com horário normal de expediente e o Centro de saúde na Vila, com atendimento permanente.

No que concerne á localização dos agentes de protecção civil, bem como o Centro de Saúde e outros, estes localizam-se basicamente na Vila de Pampilhosa da Serra.

### 3- COMUNICAÇÕES

O sistema de comunicações do PME utiliza os meios de telecomunicações públicas e privadas, dando preferência às redes táticas e estratégicas do sistema de protecção civil e que apetreche os diversos agentes de Protecção Civil.

Quadro 1 – Tipo de comunicações

TELECOMUNICAÇÕES DE USO PÚBLICO	TELECOMUNICAÇÕES PRIVADAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Rede do Serviço Telefónico;</li><li>• Rede de Serviço de Fax.</li><li>• Correio electrónico</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rede Estratégica de Protecção Civil; REPC</li><li>• Rede Operacional do Bombeiros - ROB</li><li>• Serviço de Radiocomunicações Privadas;</li><li>• Rede de Radioamadores</li></ul>

Os membros da CMPC, no momento em que se apresentam, estabelecem ligação com as suas estruturas, através de canais próprios ou apoiados nos meios disponíveis no Centro.

As entidades públicas e privadas devem, em situações de emergência ou exercícios, integrar-se no sistema de Telecomunicações disponíveis.

Os radioamadores licenciados colaboram no sistema de telecomunicações de emergência, reforçando as redes existentes ou substituindo as inoperativas.

As forças intervenientes utilizam os meios próprios de telecomunicações ou um serviço de estafetas, organizado pela GNR, a funcionar junto da CMPC.



## **4- GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

A gestão da informação de emergência deverá dividir-se em três componentes: gestão de informação entre as entidades actuates nas operações, gestão da informação às entidades intervenientes do plano e informação pública.

### **4.1- Gestão da informação às Entidades Intervenientes**

A gestão da informação entre as unidades actuates nas operações deverá ser recolhida informação, relativa:

- Ponto de situação e perspectivas de evolução futura;
- Cenários e resultados de modelos de previsão;
- Dados ambientais e sociais
- Outras informações jugadas pertinentes.

O SMPC deverá assegurar uma adequada transmissão e gestão de informação, ao nível de todas as entidades intervenientes no plano, de modo a garantir a exequibilidade do sistema de operações de emergência em protecção civil, com repercussão na resposta à emergência. Deverá efectuar contactos regulares com o COM de modo a acompanhar a situação, bem como com todos os intervenientes, realizando Briefings. Os Briefings, dois diários, um realizado às 12h, outro pela 19h.

O COM deverá manter o Presidente da Câmara informado de todas as situações que estão a ocorrer, fazendo sempre que possível, o balanço da evolução da situação e das medidas adoptadas e a adoptar no teatro de operações.

O CMO, deverá manter informado o CDOS, via telefone ou através do modelo de relatório via correio electrónico, com a regularidade não superior a 1 hora, da situação das operações.

Os outros agentes e entidades intervenientes nas operações deverão reportar de imediato toda e qualquer alteração que ocorra no teatro de operações ao SMPC e ao COM.



O SMPC, em articulação com o COM, informa as entidades intervenientes do plano do ponto da situação de modo a assegurar que todas as entidades mantenham níveis de prontidão e envolvimento, caso venha a ser necessária a sua intervenção.

#### **4.2- Gestão da informação à população**

O gabinete de informação pública junto da CMPC é responsável pela divulgação de avisos e medidas de auto protecção da população, bem como pela ligação com os órgãos da comunicação social.

A difusão da informação é feita através de dois jornais regionais, “Diário as Beiras” e “Diário de Coimbra”, um local, “Comarca de Arganil”, rádio local, “Rádio Pampilhosa” e no site da Internet da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.

A informação às Freguesias será feita por telefone, para estas procederem a divulgação nas respectivas aldeias. Pelo facto das mesmas terem um sistema de som (relógio), o meio de divulgação a utilizar será esse, com uma linguagem clara e precisa.

Na vila de Pampilhosa da Serra, é utilizado a sirene dos Bombeiros para informação da população (três toques, para incêndios Florestais, dois para acidentes graves, um para incêndio urbano).

As acções de aviso são realizadas através dos órgãos de Comunicação Social,

Na fase antes da emergência o Gabinete encarrega-se de divulgar os riscos e medidas de auto-protecção da população, através dos órgãos de comunicação social (jornal local), de comunicados e folhetos através dos CTT.

Em fase de pré-emergência e emergência, a estação de rádio deverá difundir, em tempo útil, os avisos e as medidas de auto-protecção das populações. Também as juntas de freguesia desempenham um papel fundamental nos avisos e medidas de auto-protecção junto das suas populações, podendo também ser utilizado viaturas de som.

Na fase de Emergência, a informação destina-se essencialmente a missões de informação sobre o evoluir da situação de emergência (qual o acontecimento, perigos associados, local, ...) e das respectivas medidas de auto-protecção (comportamentos a ter, locais para onde se devem dirigir, ...).



Os órgãos de comunicação social devem difundir toda a informação disponível, através da divulgação na íntegra de comunicados e outras formas, no âmbito da sua missão informativa e de protecção das populações.

O modelo de comunicação a utilizar para a difusão das informações relacionadas com os cenários de emergência, comportamentos a adoptar com as respectivas medidas de autoprotecção, consta no anexo 4.

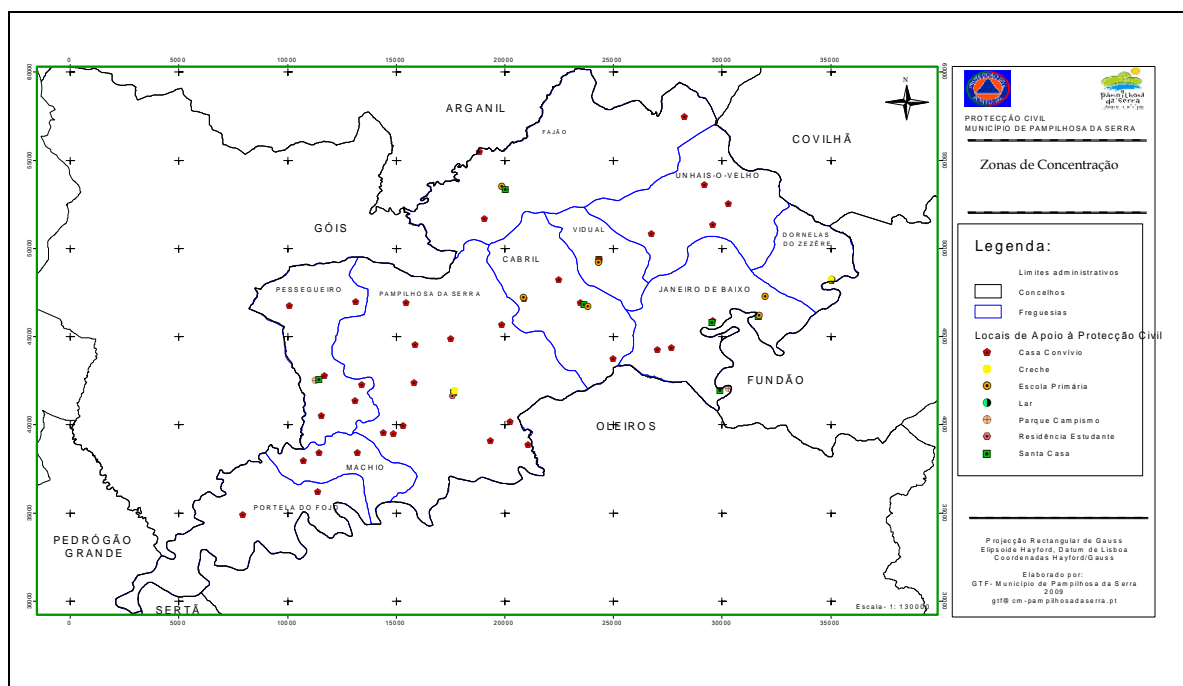
## **5- PROCEDIMENTO DE EVACUAÇÃO**

A evacuação de determinada área afectada por uma situação de risco é proposta pelo COM e validada pelo Director do Plano e operada pela GNR, com o apoio e colaboração de outros Agentes, tais como Bombeiros e Juntas de Freguesias.

Para o efeito, a GNR no local deverá enquadrar e coordenar as operações de evacuação, orientando as populações para os locais de concentração definidos, procedendo à abertura dos corredores de circulação de emergência e dos itinerários de evacuação.

A definição dos locais de concentração que servirão de abrigos temporários ou de longa duração será feita de acordo com a localização das áreas afectadas pelos sinistros, preferencialmente espaços abertos, como os campos de futebol, ou então espaços fechados, amplos, como as escolas, as igrejas, pavilhões gimnodesportivos, residências de estudantes, e outros edifícios de associações culturais, desportivas existentes na zona.

O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pela GNR.



Mapa 2- Zonas de concentração/irradiação

## **6- MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

O acesso às zonas de sinistro e de apoio fica limitado às forças de intervenção, organismos e outras entidades, através da criação de barreiras e outros meios de controlo, devendo as forças de segurança contar com a colaboração dos serviços Municipalizados (Divisão de Urbanismo).

A manutenção da ordem pública, a limitação do acesso às zonas de sinistro e de apoio e a segurança das infra-estruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de protecção civil (centro de saúde, escolas, etc.) deverá ser assegurada pelas forças de segurança locais.

Em cada situação de emergência deverá, em regra, mantido um perímetro de segurança de cerca de 100m, podendo ser superior consoante a gravidade da situação, local da mesma, a definir pelo CMO.

Consoante o âmbito territorial do plano, poderá ser previsto o recolher obrigatório e o patrulhamento pelas forças de segurança nas zonas evacuadas, com vista



a impedir roubos e pilhagens, incluindo a possibilidade de detenção de todos os indivíduos aí encontrados sem autorização.

Os procedimentos com vista à segurança das instalações críticas devem prever o destacamento de pessoal das forças de segurança.

Para os estabelecimentos industriais e comerciais, os procedimentos a adoptar podem prever o recurso a empresas de segurança privadas da especialidade, cujos vigilantes se devem apresentar uniformizados, à responsabilidade dos respectivos empresários.

## **7-Serviços médicos e transporte de vítimas**

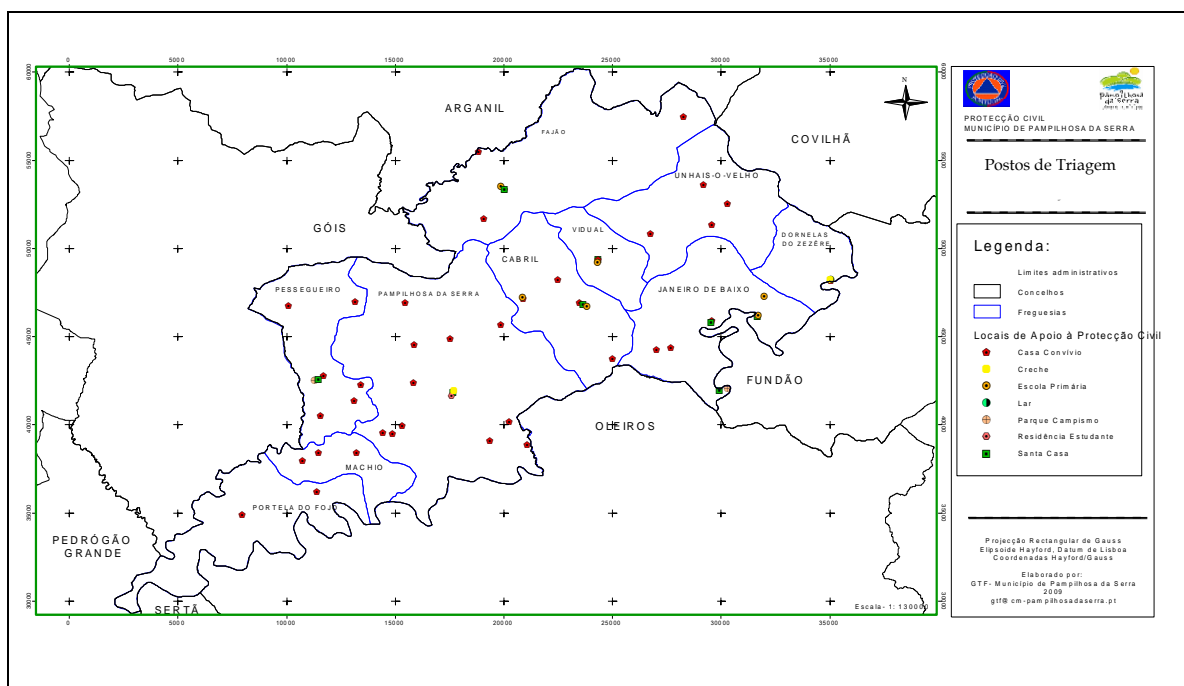
O comandante das operações de socorro deverá identificar e informar a direcção do plano relativamente à quantidade previsível de meios complementares necessários para triagem, assistência pré-hospitalar e evacuação secundária das vítimas. Compete assim, à direcção do plano a identificação dos meios a solicitar e, em coordenação com o INEM, quando presente, o estabelecimento da ligação ao centro de saúde e aos hospitais de evacuação referenciados, prestando as informações necessárias sobre o tipo de ocorrência e o número estimado de vítimas. Na ausência da entidade do INEM, cabe aos bombeiros as funções de transporte de doentes e ao centro de saúde a responsabilidade pelos serviços médicos.

O INEM, utilizando os meios próprios enviados para o local, pode montar e gerir postos de triagem, de assistência pré-hospitalar e de evacuação secundária, em estreita articulação com o director do plano.

A autoridade de saúde vai dirigir as acções de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens alimentares.



## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra



Mapa 3- Locais para postos de triagem

## **8- SOCORRO E SALVAMENTO**

### **8.1. Prioridades e Instruções de coordenação**

#### **Primeira Intervenção:**

No caso de Pampilhosa da Serra, a intervenção inicial cabe à Corporação de Bombeiros com o equipamento que utilizam habitualmente. Em caso de necessidade, podem os mesmos, recorrer a meios mobilizados através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra.

Chegado ao local, o chefe da primeira equipa de intervenção dos Bombeiros, assume a função de Comandante das operações de Socorro (COS), dentro de imediato a seguinte actuação:

- Avaliar o tipo de situação, tendo em conta os seguintes tópicos: Tipo de ocorrência; local; gravidade da situação; tipo e número de vítimas; acesso; tipo reforços necessários;



- Informa de seguida, o Gabinete de Protecção Civil, quanto ao nível Operacional de Emergência que determinou;

- Dá início a organização do teatro de operações, mantendo a função de COS, até a chegada de um elemento mais graduado.

Sempre que exista transferência de comando deverá ocorrer um briefing para o próximo Comandante e uma notificação a todo o pessoal informando que uma mudança de comando está a ter lugar.

As informações recolhidas devem ser comunicadas aos seus centros de coordenação ou de operações e ter em conta o disposto na tabela de gravidade constante na Directiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007 (Estado de alerta para as directivas integrantes do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro), em que o grau de gravidade das ocorrências é tipificado por uma escala de intensidades (residual, reduzida, moderada, acentuada, crítica).

### **Passagem à condição de Ocorrência dominada:**

O director do plano, em articulação com o comandante das operações de socorro, decide quando é que se passa da fase da emergência para a fase de reabilitação, após estarem supridas todas as necessidades relativas à supressão da ocorrência, no que respeita ao socorro e salvamento das vítimas.

Nesse sentido, os Corpos de Bombeiros e restantes forças de intervenção devem:

- Controlar todo o perímetro da ocorrência, com apoio das forças de segurança (GNR);
- Dispensar pessoal e equipamento não necessário às acções a desenvolver;
- Providenciar alimentação, vestuário, combustível, equipamentos especiais (máquinas de rasto, gruas, etc. ...).





### **Termo da fase de intervenção:**

O director do plano, em conformidade com o COS e a ECC, determina o fim das fase de intervenção e a passagem à fase de reabilitação, quando estiverem completadas todas as necessidades relativas á supressão da ocorrência, no respeito ao socorro e salvamento;

Independentemente do tipo de situação de emergência identificado, deve ser imediatamente assegurado o isolamento do local do acesso do público, e assim permitir condições de trabalho na prestação de auxílio.

Ter sempre presente os contacto (actualizados) de todos os agentes de protecção civil, também se verifica de extrema importância. Após estes parâmetros, será de acordo com a situação concreta que se desenrola as operações de socorro.

## **9- SERVIÇOS MORTUÁRIOS**

A recolha e reunião de vítimas mortais é da responsabilidade das forças de segurança em articulação com a Autoridade de Saúde, a instalação de morgues provisórias, para identificação e reconhecimento de vítimas mortais e sepultamento de emergência deverá ser feita em colaboração com o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML).

As instalações provisórias da morgue, na Pampilhosa da Serra, são no pavilhão dos Bombeiros Voluntários ou no Pavilhão Municipal. Os Locais que servirão para o sepultamento de emergência são: o cemitério municipal de Pampilhosa da Serra e os cemitérios das freguesias.

São locais com piso plano, fácil de limpar, com boa drenagem, boa ventilação, provido de água corrente e energia eléctrica.

O transporte das vítimas até aos locais identificados, é organizado pelos técnicos Autoridade de Saúde e o Instituto Nacional de Medicina Legal (triagem, identificação), e realizado pelos Bombeiros com controlado pela GNR.



A determinação do local será feita em função da proximidade do sinistro à localização dos cemitérios e em função da sua disponibilidade.

## **10 - PROTOCOLOS**

A Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra tem protocolo com a:

**ADESA** – Associação de Desenvolvimento Regional;

**APPFPS** – Associação de Produtores e Proprietários Florestais de Pampilhosa da Serra.

Os protocolos referidos estão relacionados com a limpeza de matas, beneficiação e construção de caminhos. De referir que o protocolo com a ADESA envolve, também, o uso de equipamento pesado (D6D) entre outros para acções de protecção civil.



## **Parte IV- Informação complementar**



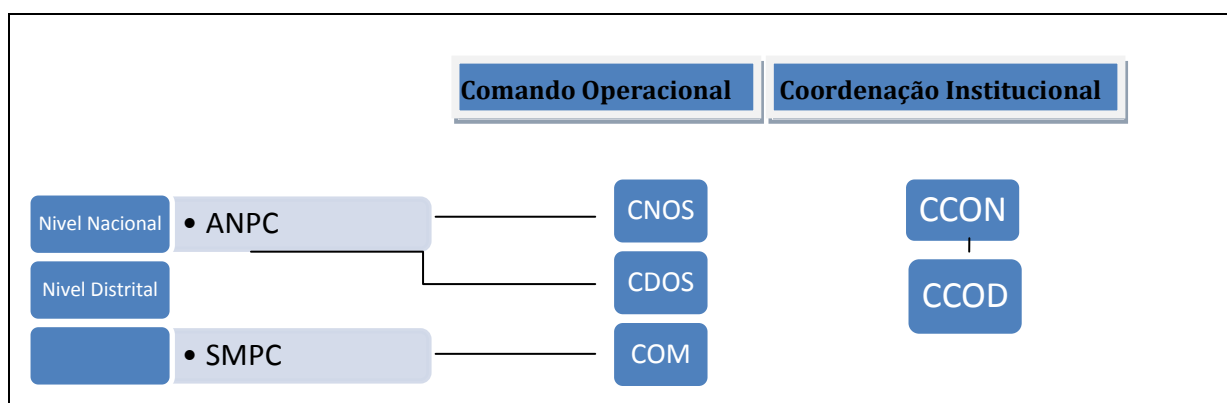
## SECÇÃO I

### 1- ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO

O enquadramento institucional e operacional da protecção civil de âmbito municipal é o constante na lei de Bases da Protecção Civil e Lei 65/2007. A estrutura das operações deve obedecer à legislação aplicável do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), de acordo com o esquema seguinte.

No que respeita ao nível municipal a estrutura das operações está definida na lei n.º65/2007 de 12 de Novembro.

Esquema 1 – Estrutura das Operações \*\*



\*de acordo com a Lei de Bases de Protecção Civil (Lei n.º 27/2006)

\*\*de acordo com a Lei n.º 65/2007 e Decreto-lei n.º 134/2006

Adaptado de ANPC (2008) – Caderno Técnico PROVIC 3

### 2- MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL

#### 2.1- Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil

No intuito de promover a coordenação política e institucional das actividades de protecção civil do concelho, bem como a plena execução das competências fixadas na legislação e no PME, entende-se que a CMPC deverá ter a seguinte constituição (n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º65/2007)



**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

	<b>Comissão Municipal de Protecção Civil</b>
<b>Convocação</b>	Presidente da Câmara Municipal
<b>Composição</b>	Comando Operacional Municipal
	Elemento do Comando dos BVPS
	Elemento do Comando da GNR
	Autoridade de Saúde do Município
	Director do Centro de Saúde
	Representante dos Serviços de Segurança Social e Solidariedade

	<b>Comissão Municipal de Protecção Civil</b>
<b>Competências</b> <b>Lei n.º 65/2007, alínea a) e c), n.º3 do art.º3º</b>	Accionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil o PME e outros planos de emergência;
	Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique;
	Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas, a nível municipal, pelos agentes públicos;
	Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em acções de protecção Civil

Cabe ao Presidente da Câmara Municipal convocar e presidir à Comissão Municipal de Protecção Civil, bem como nomear os elementos não obrigatórios.

A CMPC reune ordinariamente um vez por ano, podendo extraordinariamente fazê-lo por convocação:



- Do Presidente da Câmara Municipal (ou Vice Presidente da Câmara Municipal, caso, por algum motivo se encontre impossibilitado de exercer as funções), como autoridade municipal de Protecção civil, em situações de alerta, contingência ou calamidade, e/ou outras situações que pelo seu risco expectável entenda ser prudente adoptar medidas extraordinárias;

- Do Comandante Operacional Municipal, no caso do Presidente da Câmara, ou do seu substituto o Vice-presidente da Câmara, se encontrar impedidos, indisponíveis ou incontactáveis;

- De um terço dos seus membros (número 3, do artigo 3º da Lei nº65/2007);

O meio de convocar a CMPC, é via convocatória, com uma antecedência de 5 dias. Contudo em situação de urgência, a mesma pode ser convocada via telefone.

## **2.2- Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta/Activação do Plano**

O Presidente da Câmara Municipal pode declarar a situação de alerta quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, for reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e ou medidas especiais de reacção, quando 30% da área territorial, abrangida pelo plano, for afectada por acidentes graves ou catástrofe; quando exista um elevado n.º de vítimas, a partir 10: mortos, feridos, desalojados, desaparecidos, isolados ou evacuados; quando existam danos consideráveis em edifícios, vias de comunicação, infra-estruturas, bens, património ou no ambiente.

Também, é declarado quando houver emergência de Saúde Pública com impacto sobre a População.

### **Acto da declaração da situação de alerta**

No acto de declaração de alerta são mencionados expressamente;

- A natureza do acontecimento que originou a situação declarada;
- O âmbito temporal e territorial;



- A estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar.

### **Âmbito material da declaração da situação de alerta**

Para além das medidas especialmente determinadas pela natureza da ocorrência, a declaração dispõe expressamente sobre:

- A obrigatoriedade da convocação da CMPC (resultado da reunião ⇒ ACTA);
- Informar o Governo Civil o CDOS e a comunicação social da activação, por fax, telefone, ou outro meio enviando a acta;
- O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços, agentes, entidades e organizações de apoio, bem como dos recursos a utilizar;
- Estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança;
- A adopção de medidas preventivas adequadas à ocorrência;
- As informações relevantes relativas à situação devem ser divulgadas nos meios de comunicação social.

## **2.3- Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso**

O Gabinete Protecção Civil/Florestal do Município para o sistema de monitorização utiliza os meios, Boletim meteorológico, alerta, etc, a nível distrital/nacional.

No concelho serão basicamente utilizados a estação meteorológica da Escola da vila de Pampilhosa da Serra, estação hidrológica da Barragem de Santa Luzia da responsabilidade da EDP, alertas emitidos pelo CDOS, reconhecimentos aos locais, posto de vigia das Aldeias, Caveira, Sobral Valado, equipamentos do CMA,...

No que respeita aos sistemas de aviso, o SMPC poderá utilizar os seguintes dispositivos:



- Sirenes (na vila de Pampilhosa da Serra);
- Telefones e telemóveis (Junto dos Agentes de Protecção Civil);
- Viaturas com megafones (Junto das populações);
- Estações de rádios locais (Rádio Pampilhosa);
- Som das igrejas (Junto das populações);
- Outros.

Os procedimentos de avisos, serão de acordo com o já referenciado em Gestão da informação à população, quanto a difusão dos avisos juntos dos agentes de protecção civil, serão preferencialmente através de telemóvel, fax ou pessoalmente.

Os meios a adoptar serão função da extensão da zona afectada, do tipo, dimensão e dispersão geográfica da população a avisar, na proximidade geográfica dos agentes de protecção civil e nos meios e recursos disponíveis, e também, ter em atenção que a situação pode ocorrer durante o dia útil de trabalho, à noite ou durante os fins-de-semana.





## SECÇÃO II

### 1- CARACTERIZAÇÃO GERAL

Abraçado pelas Serras da Estrela, Açor e Lousã, o concelho de Pampilhosa da Serra oferece cenários de grandes contrastes. Os vales fundos, rasgados pelos rios Ceira, Unhais e Zêzere, alternam com os grandes picos, umas vezes abruptos e rochosos, outras vezes suaves e cobertos de um manto rasteiro de vegetação.

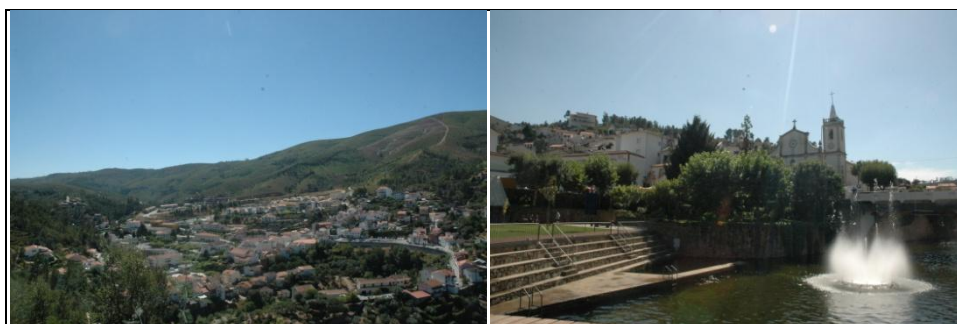


Fig. 1 – Aspecto da Vila de Pampilhosa da Serra

#### 1.1. Enquadramento administrativo

O Concelho de Pampilhosa da Serra localiza-se na Região Centro, pertence ao distrito de Coimbra (segundo maior Concelho do Distrito) e situa-se na zona do Pinhal Interior Norte (fig. 2).

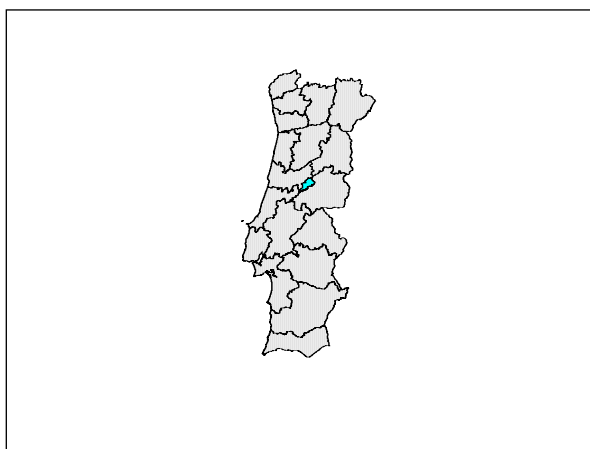


Fig. 2- Enquadramento Geográfico do Concelho de Pampilhosa da Serra



## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

Com uma área de aproximadamente de 39 649 ha é administrativamente subdividido por 10 freguesia (Tabela 1).

Tabela 1: Freguesias do Concelho

FREGUESIAS	ÁREA (HA)
Cabril	3 447
Dornelas do Zêzere	1 640
Fajão	6 570
Janeiro de Baixo	4 054
Machio	3 787
Pampilhosa da Serra	10 023
Pessegueiro	3 191
Portela do Fojo	3 787
Unhais-O-Velho	4 006
Vidual	1 433
<b>TOTAL</b>	<b>39 649</b>

O Concelho de Pampilhosa da Serra serve de fronteira entre o distrito de Castelo Branco e Coimbra em que:

- Pelo lado Oeste e Norte confronta com os concelhos de Arganil, Góis (Distrito de Coimbra) e Pedrógão Grande (Distrito de Leiria).
- Pelo lado Este e Sul confronta com os Concelhos de Covilhã, Fundão, Oleiros e Sertã (distrito de Castelo Branco).

As principais vias de comunicação são:

- E.N. 112 – Entre Coimbra e Castelo Branco
- I.C. 8 – Entre Figueira da Foz e Fronteira de Segura, passando por Pedrógão Grande
- E.N. 342 – Entre Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra

No que se refere ao enquadramento nas zonas do Instituto Florestal, o Concelho de Pampilhosa da Serra pertence à zona Florestal da Beira Serra, delegação Florestal da Beira Litoral.



Em relação ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o Concelho pertence ao Centro Distrital de Operações de Socorros de Coimbra.

## **1.2. Caracterização física**

Situada na Cordilheira Central – entre a Serra da Estrela e as Serras do Açor e da Lousã – a Pampilhosa da Serra apresenta uma orografia muito acidentada, caracterizada por declives acentuados e grandes comprimentos de encosta.

A exposição das encostas não é muito definida, embora nas Freguesias mais a Sul seja possível encontrar uma linha de fecho que separa uma exposição dominante Sudeste de outra exposição dominante de Noroeste.

As encostas de grande comprimento, são normalmente divididas por uma rede secundária de encostas. Estas por sua vez dão origem a uma orografia perigosa, relativamente aos incêndios, devido ao “efeito de chaminé”.

### **1.2.1. Geologia**

Na área do concelho da Pampilhosa da Serra surgem fundamentalmente formações xistosas e grauváquicas pertencentes ao complexo Litológico xisto-grauváquico – Era do Paleozóico. De notar ainda a presença de duas importantes formações quartzíticas paralelas que atravessam o concelho com orientação NW-SE. Este contraste paisagístico permite-nos dividir o Concelho em duas áreas geográficas distintas; o Alto Concelho e o Baixo Concelho. Nos leitos e margens do rio Zêzere e parte dos seus afluentes registam-se formações aluvionares recentes.

### **1.2.2. Morfologia**

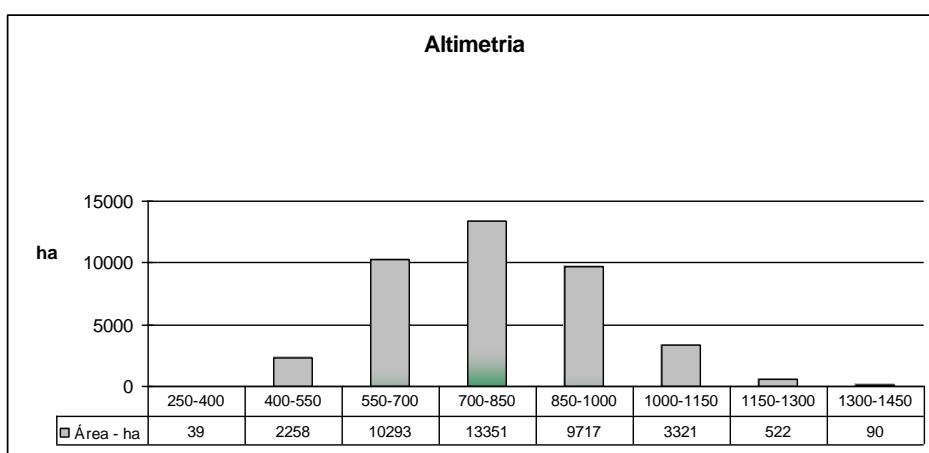
O Alto Concelho abrange principalmente as Freguesias de Cabril, Fajão, Unhais-O-Velho e Vidual, onde se localiza o ponto mais alto do Concelho e (Pico de Cebola a 1418 m de altitude) que é também o ponto mais alto da zona do pinhal. Este situa-se na



freguesia de Unhais-O-Velho. A zona apresenta afloramentos rochosos, na sua maioria quartzíticos, destacando-se o comprimento de Fajão a Sarnadas e os afloramentos de Unhais-O-Velho à região de Castelo Branco. A altitude média do Alto do Concelho é de 981 m.

O Baixo Concelho engloba as Freguesias de Dornelas do Zêzere, Janeiro de Baixo, Machio, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro e Portela do Fojo. Esta zona não apresenta grande relevo e geologicamente é constituída por xistos argilosos, que formam serras e cumes arredondados, sem cristas nem picos. A cadeia montanhosa mais evidente apresenta uma serra cujas cotas variam entre os 436 m e os 851 m nos Padrões (Portela do Fojo) e Cabeça da Urra (Pampilhosa da Serra) respectivamente. A altitude média do Baixo Concelho é de cerca de 700 m.

Gráfico 1

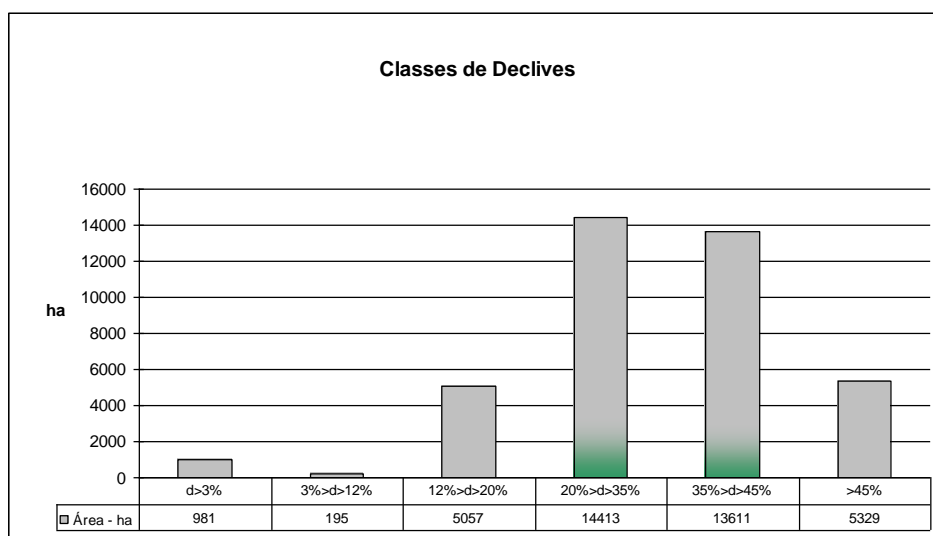


De acordo com o gráfico anterior, 84,3% do Concelho de Pampilhosa da Serra, situa-se entre os 550 e 1000m de altitude.

Analisando a carta de declives do Concelho, verifica-se a predominância das classes de declive acentuados ou muito acentuados.

Pode-se afirmar que cerca de 70,8% da área total do Concelho tem declives entre os 20 e 45% e cerca de 13,4% com declives superiores a 45 %, tornando muito difícil tanto o combate aos fogos florestais, como a tomada de medidas que diminuam o risco de Incêndio (Gráfico 2).

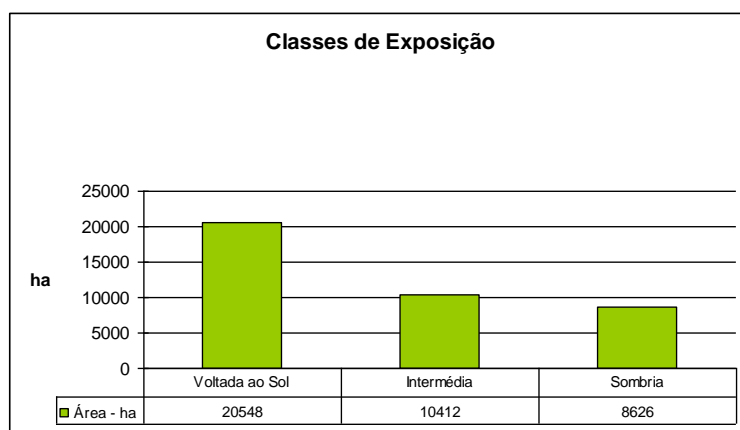
Gráfico 2



Da mesma forma que a inclinação do terreno, também a sua exposição é um factor muito importante na propagação do incêndio. Como norma geral as encostas viradas ao sol estão mais secas e têm menos combustíveis que as de sombra.

Quanto ao Concelho, as exposições predominantes estão voltadas ao Sol com cerca de 20 548 ha, aproximadamente 50% da área do Concelho (Gráfico 3).

Gráfico 3



As áreas sombrias com 8626 ha, representam 22% da totalidade do Concelho, caracterizando-se como locais mais húmidos e com um desenvolvimento de vegetação superior.



### **1.2.3. REDE HIDROLÓGICA**

No concelho, estão representadas áreas pertencentes a duas bacias hidrográficas de dois afluentes – o Rio Ceira (afluente do Mondego) e o rio Zêzere (afluente do Tejo). A bacia que ocupa maior área refere-se ao Zêzere e equivale a cerca de 70% da área total.

Existem no Concelho três importantes barragens: a Barragem do Cabril, de maiores dimensões, e a Barragem de Sta Luzia. No Norte do Concelho existe ainda uma pequena barragem, a do Alto Ceira.



Figura 4 – Barragem do Cabril



Figura 5 - Barragem de Sta Luzia

Deverá ainda ser salientada a riqueza de pequenas linhas de água permanentes durante todo o ano. O facto do Rio Zêzere banhar o Concelho com um leito muito sinuoso, origina uma extensão de contacto com o rio em cerca de 50 km.

### **1.3. Caracterização climática**

As características climáticas de uma região influenciam de forma definitiva o desenvolvimento dos Incêndios florestais. Os principais factores meteorológicos a ter em conta são a temperatura, humidade e ventos locais.

Em primeiro lugar, o aumento da temperatura atmosférica tende a elevar a probabilidade de ignição. Ao subir a temperatura do ar os combustíveis tendem a perder mais rapidamente a sua humidade, o que os deixa em condições mais favoráveis para que se produza o Incêndio.



Em segundo lugar, o aumento da humidade relativa faz diminuir a possibilidade de início do incêndio, já que a atmosfera cede humidade aos combustíveis dificultando assim a sua combustão.

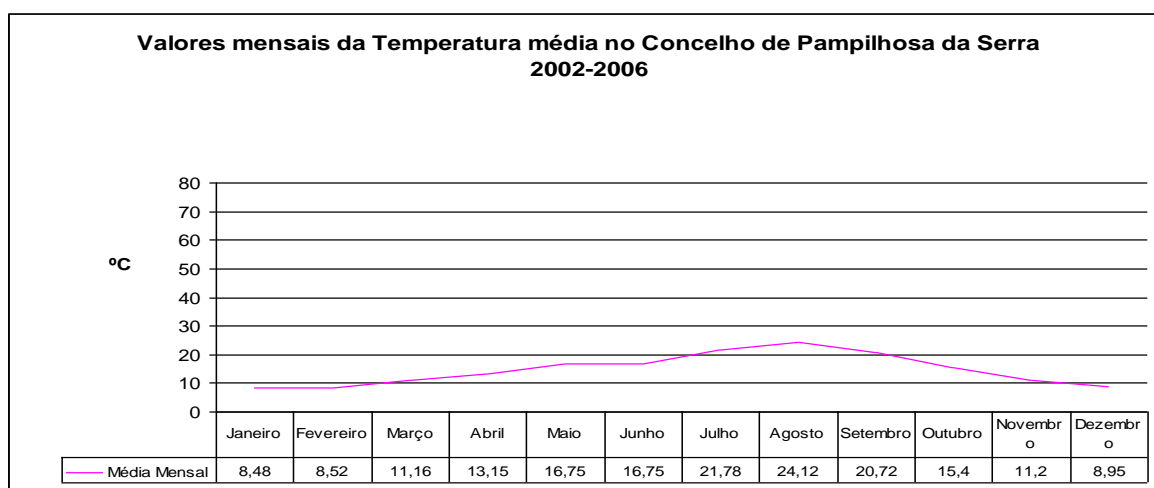
Por último, o vento aumenta a velocidade de propagação uma vez produzido o Incêndio já que fornece oxigénio para a combustão, transporta o ar quente, seca os combustíveis e dispersa as partículas em ignição.

Infelizmente no Concelho de Pampilhosa da Serra apenas existem postos udométricos (Fajão e Pampilhosa), não existindo estações com registo de temperatura e ventos. Foi por isso necessário recorrer a algumas estações fora do Concelho pertencentes às regiões da Beira-Litoral e Beira Interior.

### 1.3.1. Temperatura

A temperatura varia de região para região e de local para local. A sua variação é devida fundamentalmente aos factores fisiográficos, nomeadamente o relevo (altitude e exposição), a natureza do solo, o seu revestimento, e a proximidade de grandes superfícies de água e ao vento. (Gráfico 4).

Gráfico 4

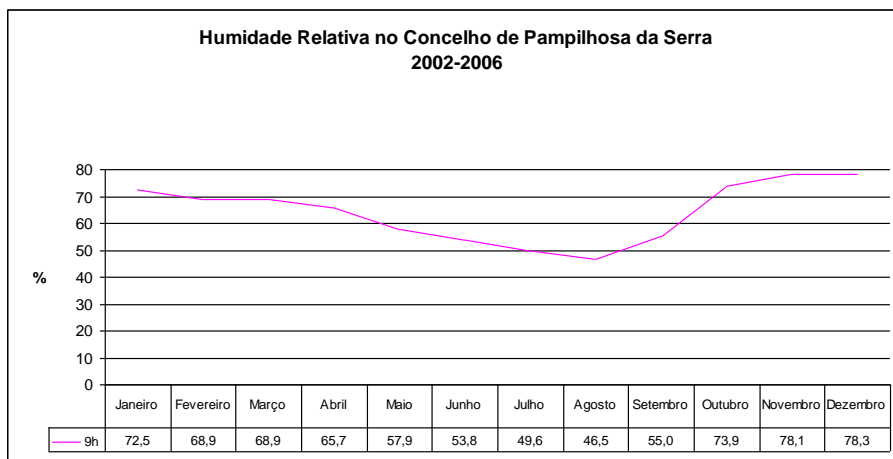


De referir que só se conseguiu valores para o período de 2002/2006 e só para a variável da temperatura média mensal e humidade.



Analisando esses dados, verifica-se que o registo de temperaturas mais elevadas, ocorre nos três meses de Julho, Agosto e Setembro, coincidindo com o período de menos precipitação e humidade relativa (Gráfico 5) proporcionando maior risco de incêndio.

Gráfico 5



### 1.3.2. Precipitação

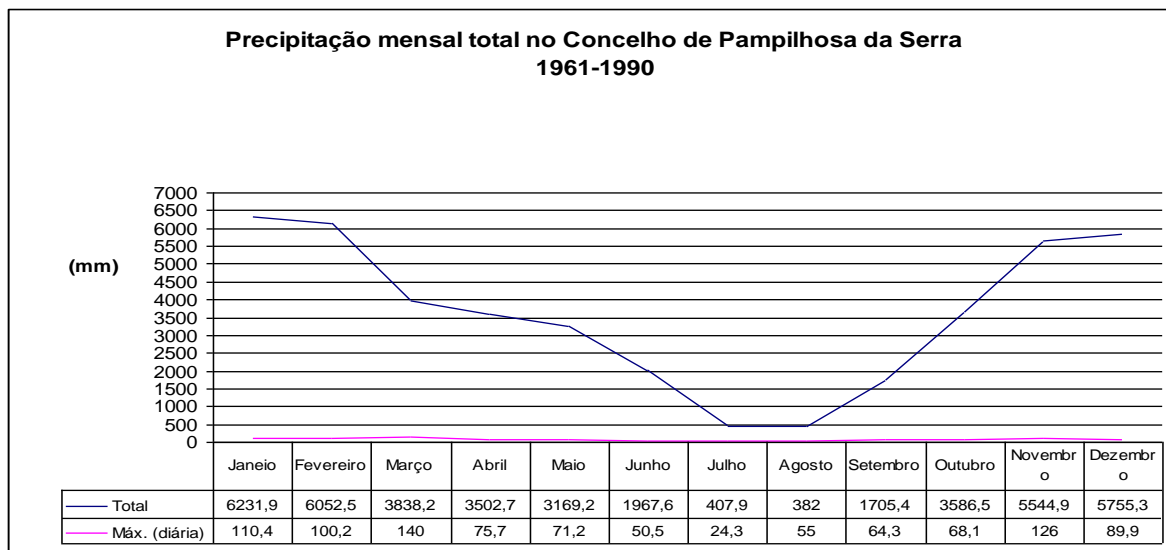
A influência que o fenómeno meteorológico tem sobre o clima de uma região vai:

- Intensificar o desenvolvimento vegetativo das plantas (herbáceas como lenhosas);
- Afectar o regime hidrológico dos cursos de água existentes;
- Contribuir para a distribuição da camada arável dos solos mal protegidos, tornando-se necessário averiguar até certo ponto, a média anual das precipitações totais e como se repartem ao longo dos meses e do ano (Gráfico 6).





Gráfico 6



Pode-se afirmar que o mês do ano onde ocorreu maior precipitação foi Janeiro, e os meses de Junho e Julho registam menor precipitação, coincidindo com o registo de maior temperatura, logo propícios para a ocorrência de incêndios.

### 1.3.3. Classificação climática

A classificação onde se encontra a área em estudo possui as seguintes características climáticas, segundo os diferentes elementos meteorológicos considerados:

Tabela 2 – Classificações Climáticas

FACTOR CLIMÁTICO CONSIDERADO	CLASSIFICAÇÃO
Temperatura média anual	Temperado
Amplitude média de variação anual (T. max. - T. min.)	Moderado
Humidade relativa do ar	Húmido
Precipitação	Moderadamente pluvioso nas partes baixas e bastante pluvioso nas partes altas



O clima, devido à grande amplitude altimétrica, apresenta diferenças à medida que se caminha para as zonas mais altas do concelho. A precipitação nas zonas altas alcança valores na ordem dos 1600 mm, nas zonas mais baixas a precipitação diminui para os 800 mm por ano. A temperatura média anual está contida entre as isotérmicas 9º e 15º (período entre 1931-1960).

#### **1.3.4. Ventos**

Os ventos locais ocorrentes dentro do Concelho no período estival são determinantes para a deflagração dos incêndios. Em condições gerais a situação mais frequente na latitude de Pampilhosa da Serra é a ocorrência de “nortada” (vento do quadrante nor-noroeste). Este factor resulta da circulação contornante da Península Ibérica associada à fixação do Anticiclone dos Açores, a nordeste do arquipélago. Nestas condições os incêndios raramente alcançam grandes proporções.

A situação mais perigosa acontece quando se verifica a interrupção da superfície contornante, gerando-se um intenso fluxo do quadrante Este possui uma massa de ar muito quente e seco que caminha do interior para as regiões costeiras. O vento originado nestas condições é suficientemente intenso para neutralizar a brisa marítima, mas reforça a fraca brisa terrestre nocturna. Os incêndios que deflagram nestas condições podem assumir grandes proporções porque conjugam uma intensidade de vento com a menor capacidade dos meios de combate, sobretudo dos aéreos.

#### **1.4.Caracterização da População**

A partir da década de 60, o Concelho da Pampilhosa da Serra viu partir muitos dos seus conterrâneos para os grandes centros urbanos do País e do Estrangeiro.

Esta forte migração explica a baixa taxa de população residente no Concelho que, e de acordo com os censos de 2001, ronda os 5 220 habitantes (13,2 H/Km<sup>2</sup> de densidade), contra os 5 797 habitantes em 1991, menos 11% da população (Tabela 3).



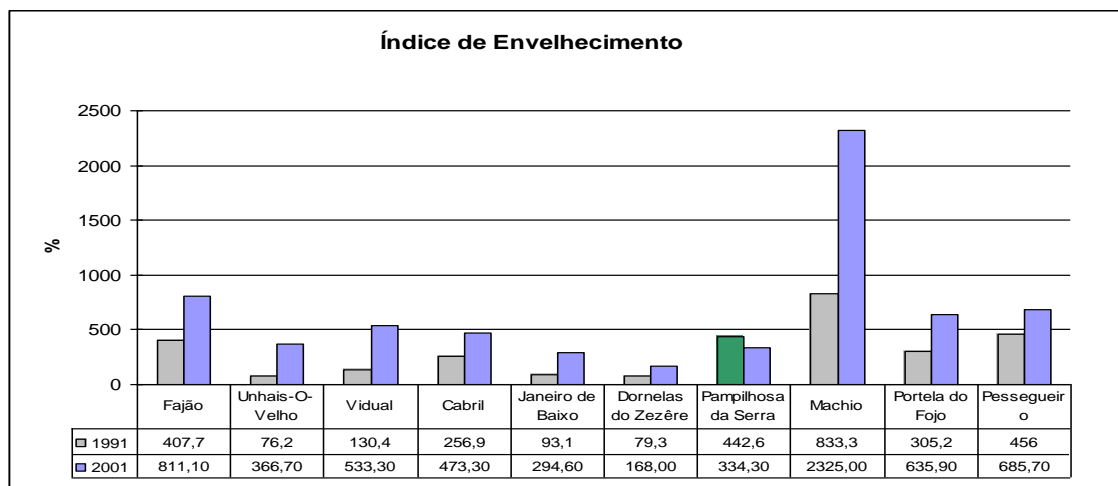
## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

Tabela 3 – População Residente

ZONA GEOGRÁFICA	1991	2001
	HM	HM
Cabril	397	309
Dornelas do Zêzere	780	677
Fajão	383	295
Janeiro de Baixo	1073	764
Machio	211	146
Pampilhosa da Serra	1213	1514
Pessegueiro	269	218
Portela do Fojo	536	572
Unhais-o-Velho	828	632
Vidual	107	93
TOTAL DO CONCELHO	5 797	5 220

De acordo com os dados anteriores, a Freguesia que perdeu mais residentes foi a de Janeiro de Baixo, menos 301 habitantes, seguida de Unhais-O-Velho com menos 196 residentes. No inverso, temos como única freguesia que ganhou residentes a Pampilhosa com mais 301. Em termos de densidade, temos a freguesia de Fajão na cauda da densidade Populacional, 4,5 hab/m<sup>2</sup>, e em extremo oposto temos a freguesia de Dornelas do Zêzere com 41,2hab/m<sup>2</sup>.

Gráfico 7

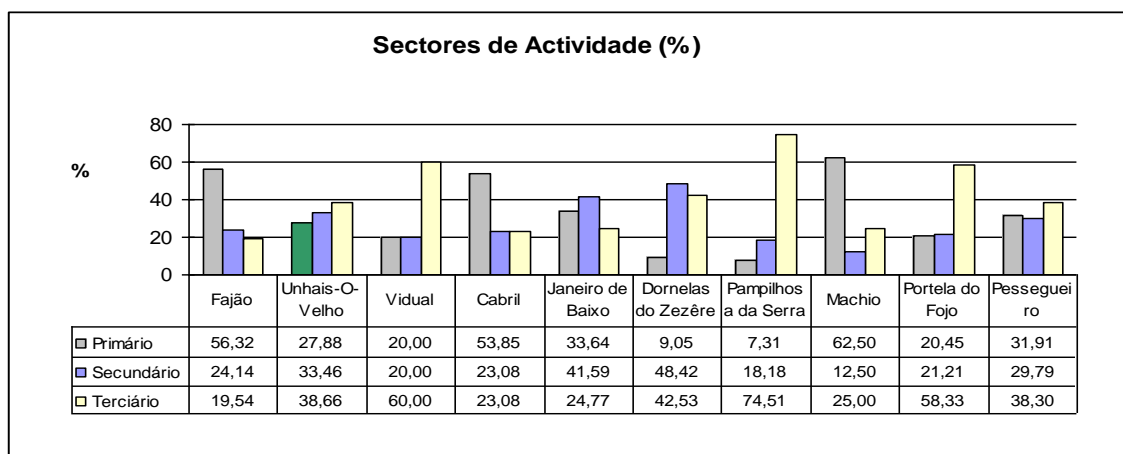




## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

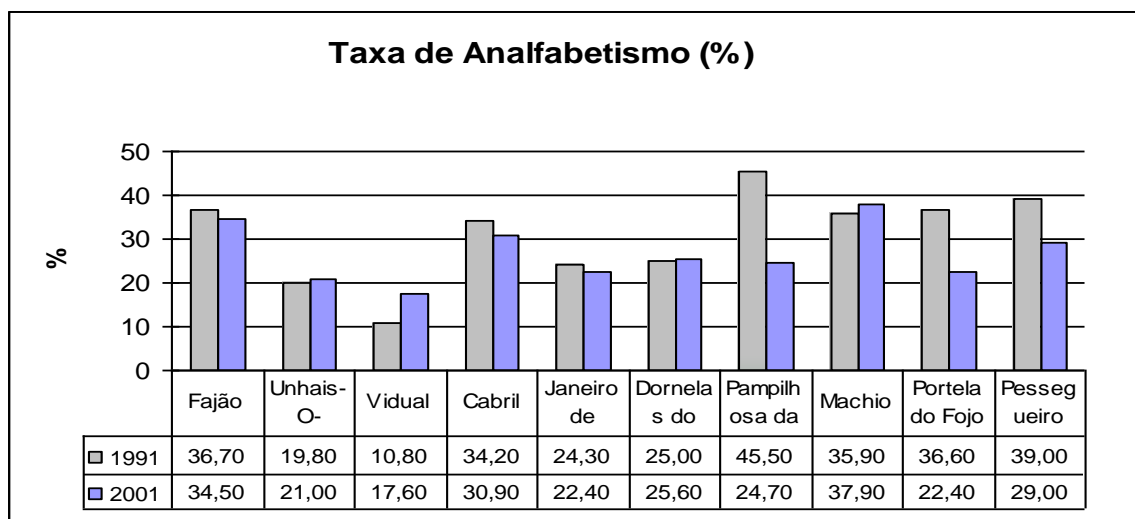
O gráfico anterior, refere que a Freguesia com maior índice de envelhecimento, é o Machio seguido de Fajão, nos anos de 1991 e 2001. Em relação ao Índice de Envelhecimento este cresce, de 191,9% em 1991 para 373,6% em 2001.

Gráfico 8



No Concelho de Pampilhosa da Serra, o sector terciário tem uma maior representatividade nas freguesias de Pampilhosa, Vidual, Portela do Fojo e Unhais-O-Velho. O Sector Primário tem uma maior expressão nas freguesias de Fajão, Cabril e Machio.

Gráfico 9

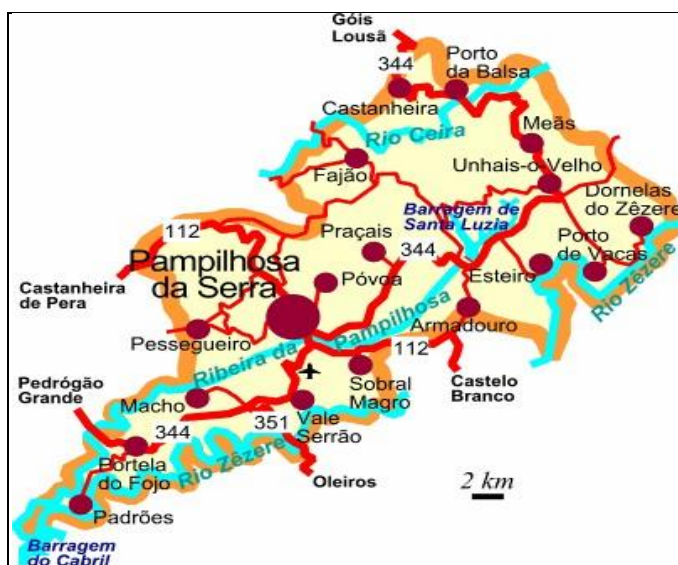


Analizando os dados do analfabetismo do Concelho, temos o Machio com maior número em 2001, e o Vidual com menor. Podemos afirmar que a taxa de analfabetismo é em 2001 de 25,2% sendo em 1991 de 31%.

O fenómeno da população flutuante tem aqui um forte impacto e características muito próprias. Cerca de 30 000 naturais deste concelho residem em Lisboa, dos quais cerca de 70% visitam com muita regularidade a sua terra Natal; para além destes há ainda o considerar todos aqueles que abandonam não só o concelho mas também o país, e que constituirão cerca de 30% da população residente. Se às percentagens apontadas acrescentarmos ainda os residentes de todo o país que sazonalmente nos visitam, então verificamos que, principalmente durante a época de verão e nos períodos que correspondem à Páscoa, ao Natal e ao Fim-de-Ano, a população de Pampilhosa da Serra é seis vezes maior do que a que reside habitualmente.

## 2 – Caracterização das Infra-estruturas

Este município, no que respeita às acessibilidades, encontra-se associado única e exclusivamente à rede viária. Ele tem como principal eixo de atravessamento e ligação ao exterior a EN112 (Mapa 4).



Mapa 4 – Acessos principais ao Concelho

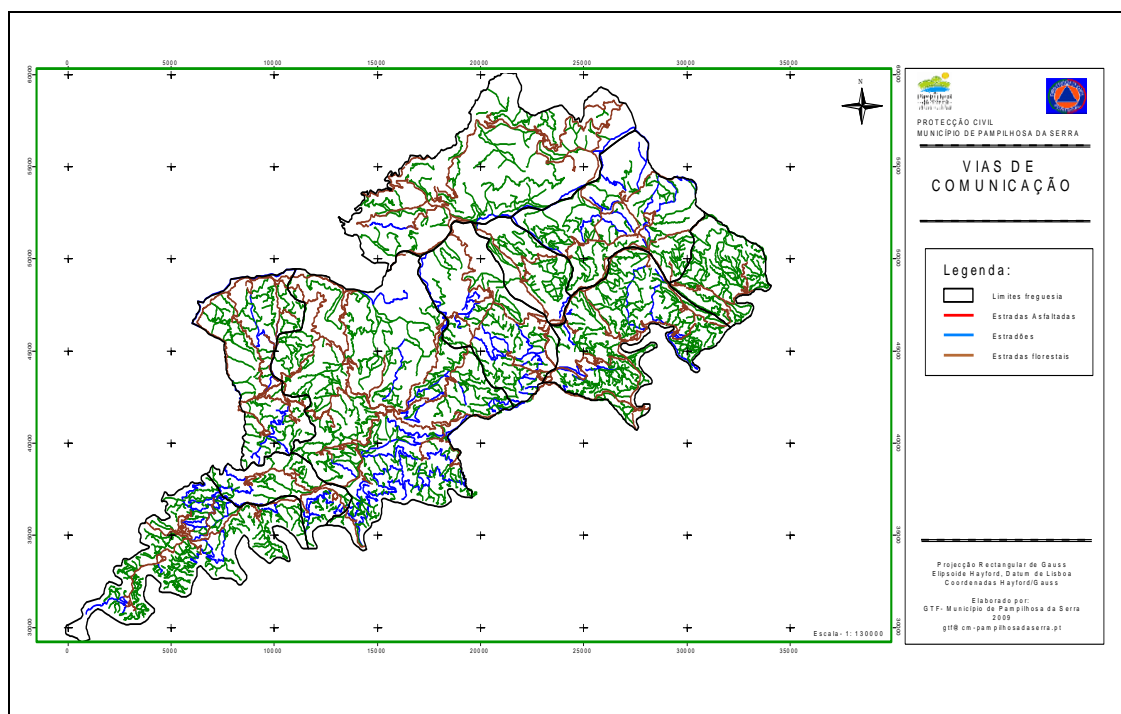


## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

No interior do Município, um espaço marcadamente rural, as ligações viárias são factores determinantes na expansão dos aglomerados. A estrutura da rede viária tem como eixos de suporte:

- A EN112 (Portela do Vento – Pampilhosa da Serra), que liga Pampilhosa da Serra no sentido Oeste – permite a ligação ao sudoeste do Pinhal Interior Norte,
- A EN344 (Vale de Pereiras – Pampilhosa da Serra) estabelece a ligação concelhia no sentido Norte – Sul;
- A EN351 (Vale de Pereiras – Sobreira Formosa) que garante a ligação a este, mais concretamente ao Concelho de Oleiros.

De um modo geral a rede viária intramunicipal tem vindo a sofrer melhorias claras, tornando a acessibilidade entre os diferentes lugares do Município à própria sede mais fácil.



Mapa 5 – Vias de Comunicação

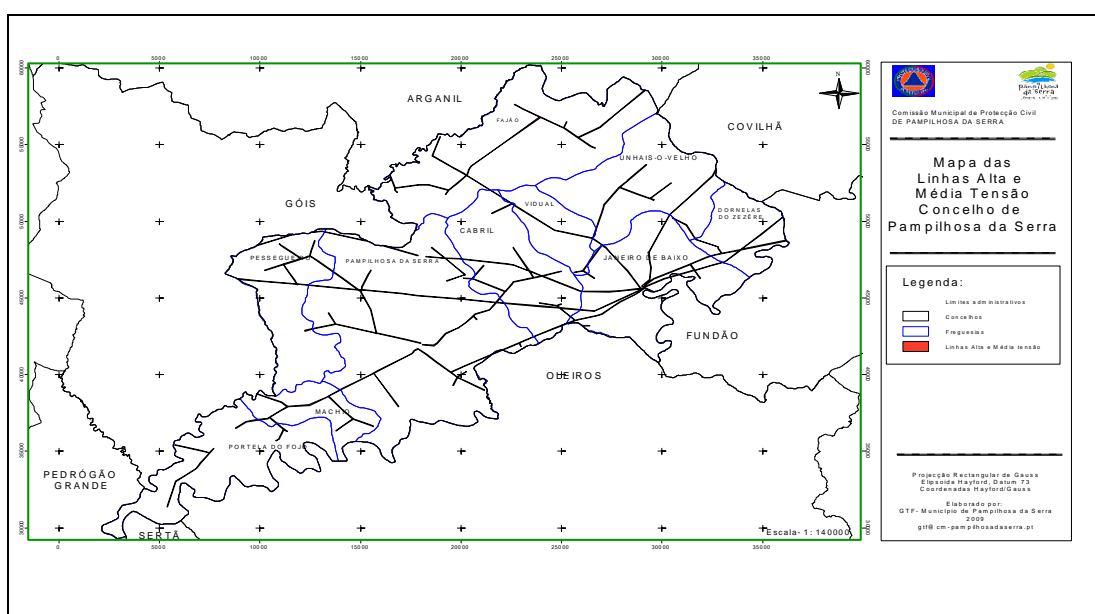
Contudo, apesar de este Município não ser servido directamente por uma auto-estrada ou por outro itinerário principal, encontra-se bastante próximo do IC8, na



## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra

direcção de Pedrógão Grande. O IC8 permite a ligação a Figueira da Foz IC1 – Pedrógão Grande – Figueiró dos Vinhos – Pombal (com ligação a A1) e Sertã – Proença-a-Nova – Castelo Branco (com ligação ao IC2).

Relativamente à rede eléctrica, ela encontra-se distribuída por todo o concelho, como mostra a mapa 4.



Mapa 6 – Distribuição da Rede Eléctrica no Concelho

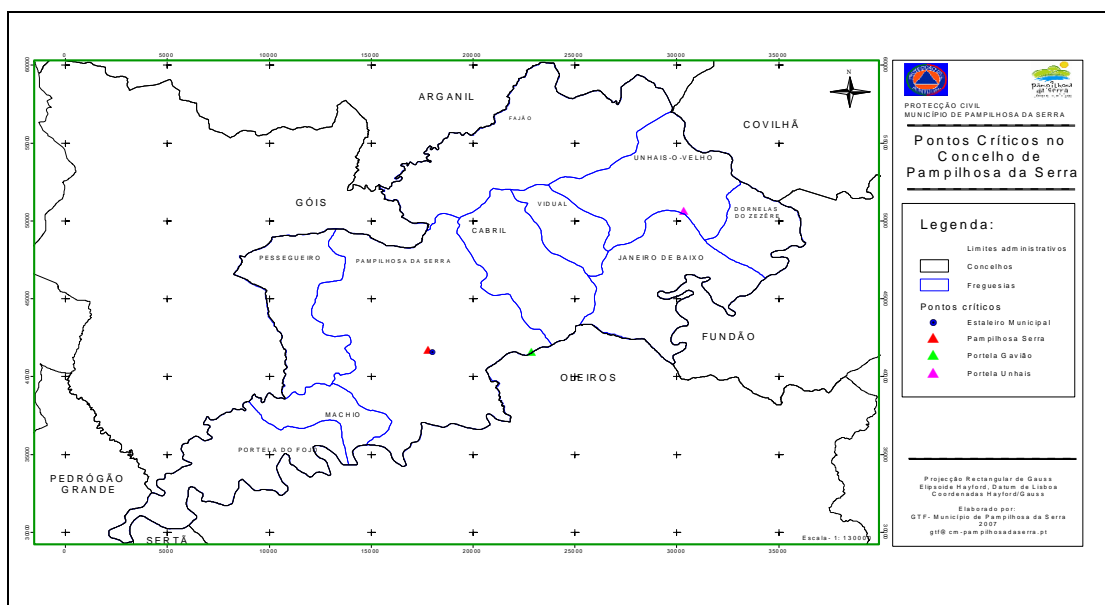
Podemos ainda encontrar, ao longo deste município, várias caixas de corte. A sua localização vai de encontro ao que se verificou nas linhas de média tensão, ou seja, principalmente nos aglomerados populacionais.

No que respeita às infra-estruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Pontos Críticos elas estão referenciadas nos mapas 5 e 6 respectivamente.

Temos no Concelho, três postos de combustíveis, localizados um na Vila de Pampilhosa da Serra, Portela do Gavião e Portela de Unhais, todos situados no interface urbano.

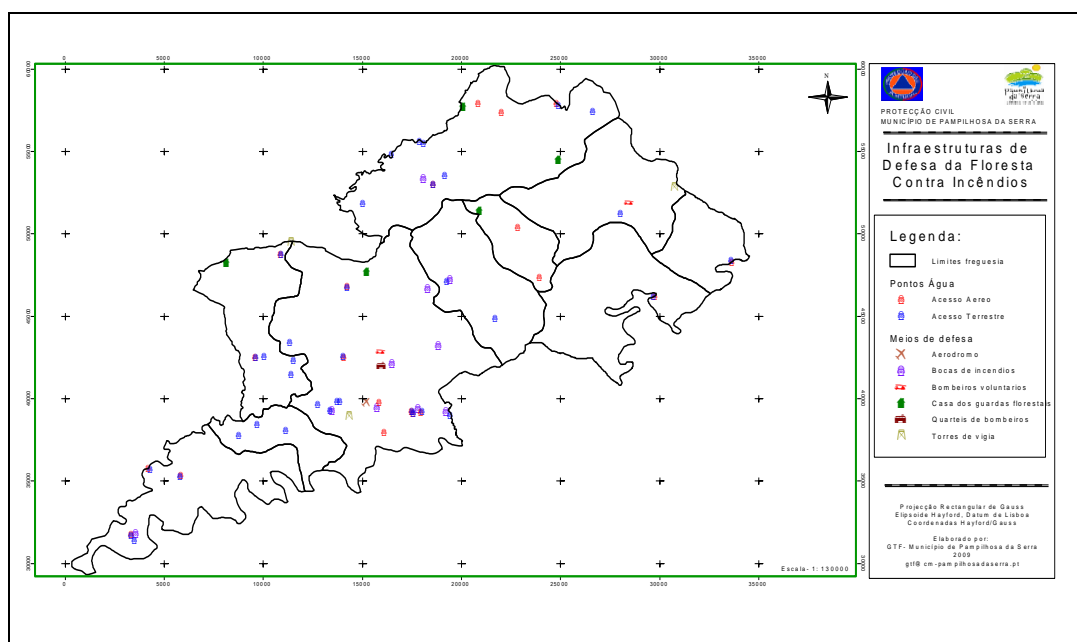


## Plano Municipal de Emergência De Proteção Civil De Pampilhosa da Serra



Mapa 7 – Pontos Críticos

O Concelho de Pampilhosa da Serra tem três importantes pontos de água Barragem do Alto de Ceira, St<sup>a</sup> Luzia e Cabril, pontos fundamentais para o abastecimento aéreo e terrestre.



Mapa 8 – Infra-estruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios e outras





No Município existe ainda o Centro De Meios Aéreos (CMA) de Pampilhosa da Serra utilizado para o combate a incêndios, que se verificam com grande frequência na região.

### **3 – CARACTERIZAÇÃO DO RISCO**

#### **3.1 – Análise de Riscos**

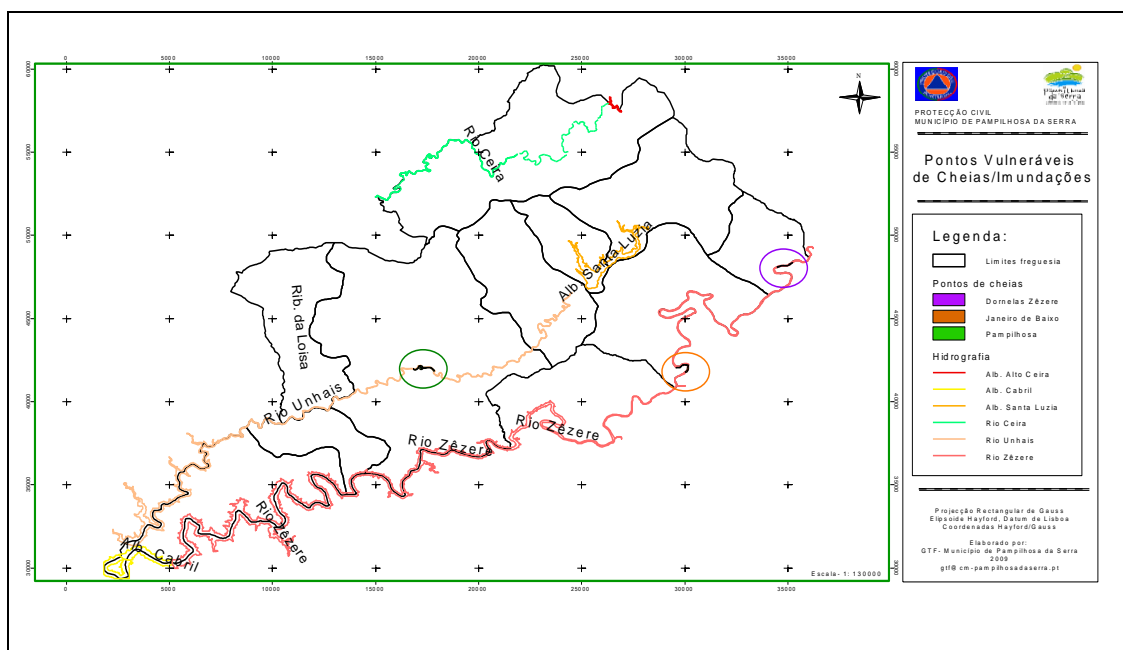
##### **Riscos Naturais**

As ameaças de origem natural mais significativas, em termos de probabilidade de ocorrência e de gravidade das suas consequências no Concelho, são os fogos florestais, e as inundações/cheias provocadas pelo Rio Zêzere e Unhais, principalmente nas freguesias de Dornelas do Zêzere, Janeiro de Baixo e Pampilhosa da Serra. As inundações/cheias são uma consequência directa/indirecta dos incêndios florestais (encostas completamente nuas de vegetação), também, as características geológicas de impermeabilidade do solo, os acentuados declives aliados à elevada pluviosidade, em situação de intempéries, poderão provocar cheias e inundações, deslizamentos, corte de vias e impedimento e colapso de estruturas.

No que respeita a situações meteorológicas adversas, e às inundações/cheias provocadas pelo Rio Zêzere e Unhais, elas ocorrem com frequência. No geral elas acontecem com a passagem de repetidos sistemas frontais que originam períodos de chuva bastantes longos, ocorrendo principalmente durante o mês de Outubro a Fevereiro.



## Plano Municipal de Emergência De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra



Mapa 9 – Pontos de Cheias

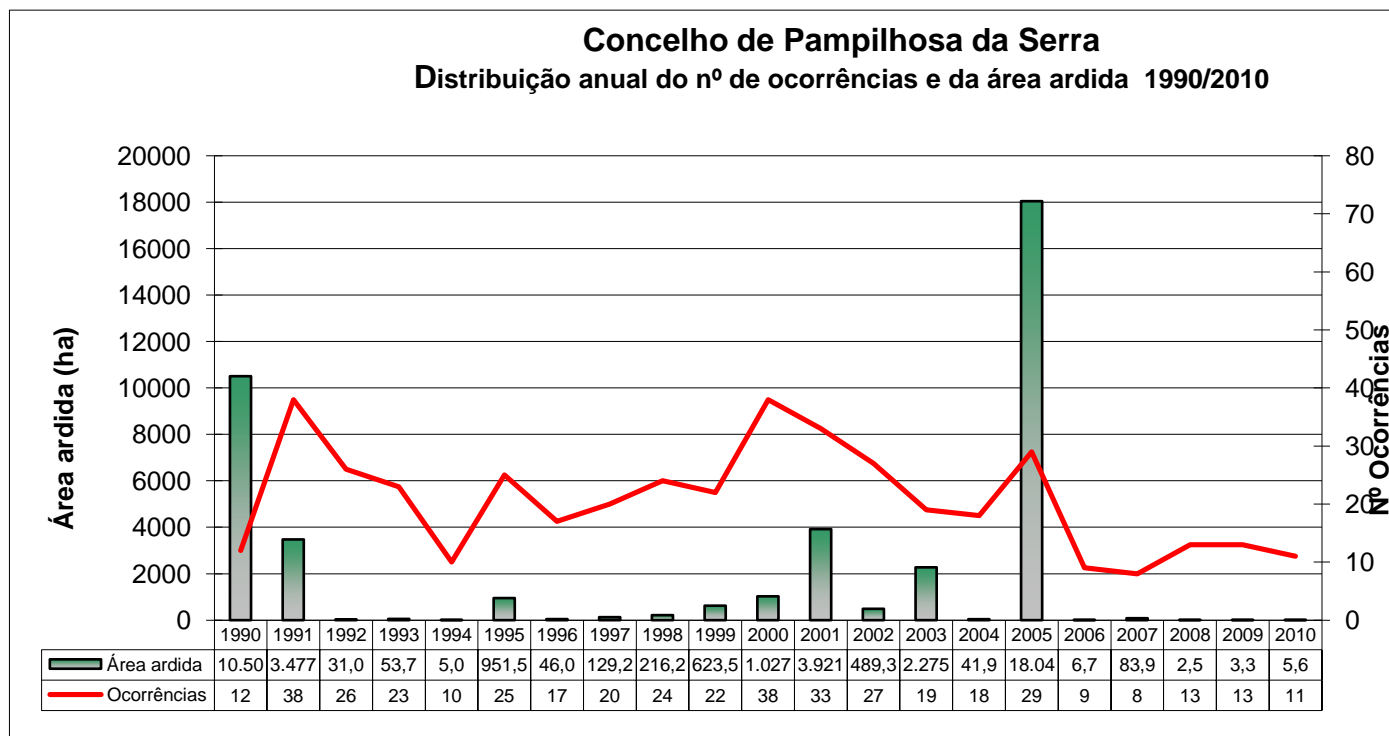
No Concelho de Pampilhosa da Serra só se começou a fazer registo das inundações/cheias a partir do ano de 2006. De salientar que, em Outubro de 2006 devido à ocorrência de fortes chuvas e ventos fortes, foi accionado o PME.

Estas inundações/cheias provocaram vários danos e prejuízos por todo o concelho. Ocorreu a queda de árvores, desapareceram bermas, taludes, aquedutos e parte de estradas que ruíram, também, caiu uma ponte.

Relativamente aos incêndios florestais e segundo dados fornecidos pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais os incêndios, no período de 1990 a 2010, ocorreram os seguintes:



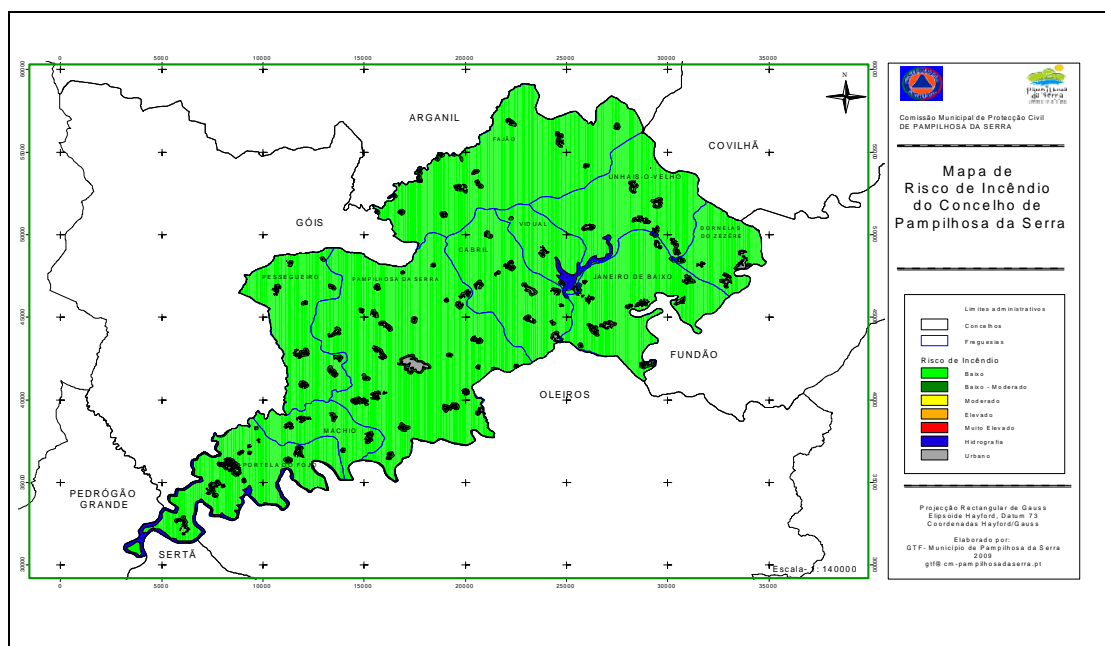
Gráfico 10



Fazendo uma análise ao gráfico I, verificam-se quatro anos dramáticos em termos de incêndios Florestais, 1990, 1995 e 2005. Temos pois um ciclo de grandes fogos de dez em dez anos.

De acordo ainda com o gráfico anterior, podemos afirmar que em 26 anos ardeu duas vezes a área do Concelho, ou seja, quase 72000 ha. O ano de 2005 supera todos os dados e valores anteriores, nesse ano ardeu o somatório das áreas dos anos de 1990 e 1995. Aos anos de maior área ardida corresponde contudo, um menor número de ocorrências

De referir, que o concelho de Pampilhosa da Serra, no ano de 2003, foi declarado de calamidade pública, em relação ao incêndio do verão 2003. E em 2005 foi accionado o PME devido ao incêndio de Agosto.



Mapa 10 – Mapa de Risco de Incêndios

### **Riscos Humanos/Tecnológicos**

No que respeita às catástrofes provocadas pelo Homem, no Concelho de Pampilhosa da Serra, elas são pouco relevantes. Pois no que respeita à indústria ela é nula, os acidentes de tráfego têm uma incidência reduzida e o Concelho não é atravessado por “corredores aéreos”.

Contudo, o Homem, também, é responsável por muitos incêndios florestais, nomeadamente através de foguetes, queimadas agrícolas, piqueniques, etc.

De salientar a existência no Concelho de uma barragem, Barragem de Santa Luzia- de referir a possibilidade de ruptura da mesma, embora de baixa probabilidade. Até à data nunca ocorreu situações anómalas. Compete e é da responsabilidade do dono da infra-estrutura (EDP) a elaboração do Plano de Emergência Interno com a indicação do pico de onda de cheia, altura máxima modelada, bem como a implementação de um sistema de Aviso e Alerta. Será em consonância com esta premissa que SMPSPC elaborará o seu Plano de Emergência externo.



*Matriz de Risco e Perigosidade*

Riscos/Probabilidades	Riscos/Probabilidades		
	Reduzida	Moderada	Acentuada
Industriais	x		
Acidentes Rodoviários		x	
Incêndios Florestais			x
Ruptura da Barragem de Santa Luzia	x		
Incêndios Urbanos/Industrial	x		

No que respeito a Acidentes Rodoviários e Incêndios Urbanos/Industrial, embora, como foi dito anteriormente tenham uma incidência reduzida, não podemos deixar de lado essa hipótese.

### 3.2 – Análise de Vulnerabilidade

Pretendemos, nesta análise, verificar quais os perigos com maior probabilidade de originar uma emergência no concelho. Nesta medida, tomamos como os maiores Riscos no Município de Pampilhosa da Serra, os incêndios florestais e a possível ruptura da barragem de Santa Luzia.

Os Incêndios florestais são, sem dúvida, um dos perigos mais representativos do município. Os 39 649 ha (396 km<sup>2</sup>) do concelho de Pampilhosa da Serra são ocupados, na sua quase totalidade, por área florestal (94%), sendo a sua composição pouco variada, semelhante ao que acontece no centro do país. A associarmos a este factor, temos um elemento fulcral para o aumento deste risco, os declives acentuados.

A possível ruptura da Barragem de Santa Luzia, localizada no Casal da Lapa, freguesia do Vidual, é dos perigos que mais se destaca, embora nunca se tenha registado. A ruptura da Barragem vai por a população da aldeia do Vale Grande em risco, pois esta



fica aos “pés “ da Barragem. A saída e entrada para a aldeia é feita pela estrada municipal n. 1414, que liga á Aldeia do Cabril (EN n.º547) ou na direcção oposta que liga ao Casal da Lapa (E.N. 344).

Aldeias como o Vale Grande, Praçais, Decabelos, Covanca, Póvoa da Raposeira, Bouças, Cavaleiros, Covões, Ceiroco, Ceiroquinho, Mata, Ponte de Fajão e outras merecem alguma atenção especial, no que respeita a incêndios florestais, pois ficam localizadas em vales bastante acentuados e por vezes a estrada de entrada é a mesma da saída, sendo estradas muito estreitas.

A maior parte das estradas referidas no parágrafo anterior já sofreram ou estão a sofrer melhorias no que respeita ao alargamento e piso, por parte da Autarquia.

Para um concelho que sobrevive da Floresta, sempre que ocorre um Incêndio Florestal a população fica cada vez mais pobre.

### **3.3 – Estratégias para a Mitigação de Riscos**

A mitigação dos riscos no Município necessita de apoio de vários planos estratégicos e de legislação que, abordem as temáticas necessárias à redução dos diferentes riscos, nomeadamente:

- PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Pampilhosa da Serra;

Com intenção de implementar medidas DFCI, nos pareceres que dizem respeito a acções de mobilização de solos, não são permitidos arborizações nas áreas de gestão de combustíveis (rede secundária: aglomerados populacionais, parques de lazer, estaleiros, ...), para assim se criar as medidas de protecção a bens e população. É tido também em consideração a zona de risco de incêndio e de perigosidade do concelho.

- PDM – Plano Director Municipal. Está em estudo eventuais situações de risco, a incluir na próxima revisão do mesmo.
- REN – Reserva Ecológica Nacional. Locais onde as acções que alterem a sua composição, utilização, carecem de autorização pela CCDR.



## **4 – CENÁRIOS**

Num Plano de emergência os cenários destinam-se a descrever a progressão hipotética das circunstâncias e dos eventos, visando ilustrar as consequências dos impactos, mais especialmente a concepção das decisões e das operações de emergência.

No entanto, os cenários não devem ser generalizados para todo o Concelho, pois as características locais variam, alterando assim, a particularidades das ocorrências.

O risco de incêndio florestal representa um risco elevado para o Concelho de Pampilhosa da Serra.

Um incêndio florestal, que deflagre no concelho, em especial nas freguesias de Portela do Fojo e Pessegueiro, é de elevada gravidade, pois para além de serem áreas de declives acentuados, apresentam populações isoladas com forte índice de dependência, populações envelhecidas com grandes problemas de deslocação.

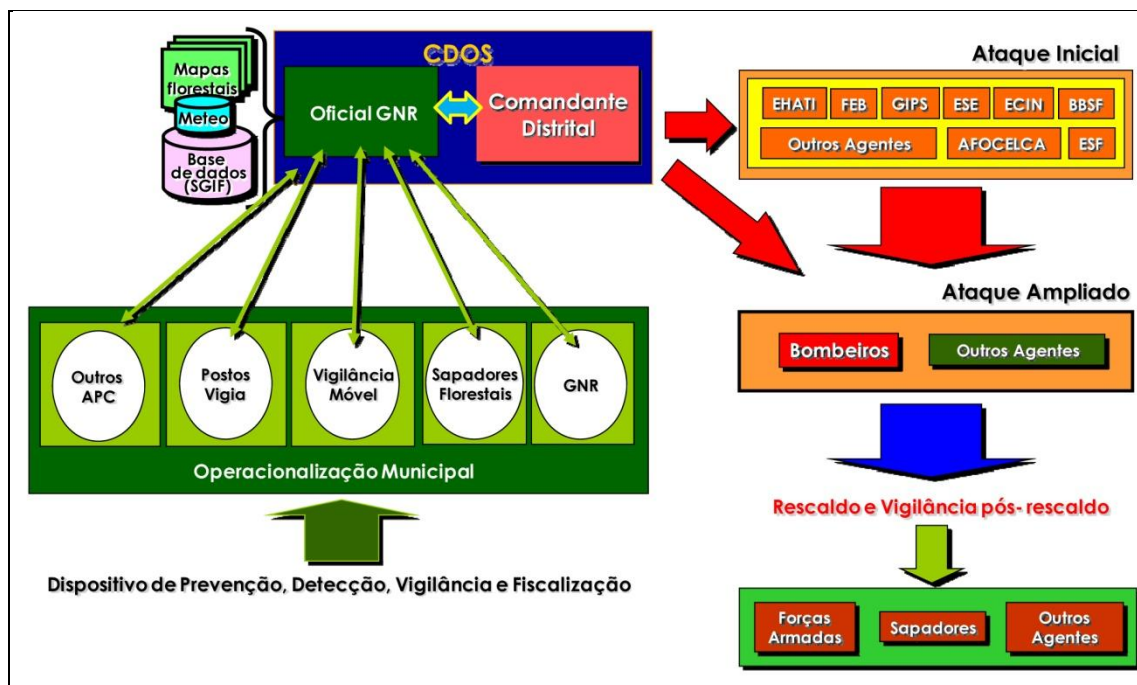
Após ser dado o alerta, os meios de intervenção entram em acção, deslocando-se à zona do sinistro, o mais depressa possível.

Na fase de emergência os diversos Agentes de Protecção Civil e os Organismos de Apoio, garantem o empenhamento das suas estruturas em ordem a executar as missões previstas.

Após a emergência é necessário organizar acções de reinserção social, de forma permanente, através de planos de intervenção específicos a elaborar pela CMPC em articulação com os restantes Organismos e Entidades até à desactivação do PMEPC de Pampilhosa da Serra.

A organização da resposta, em caso de alerta, processa-se de seguinte modo:

Esquema 2 - Organização global da resposta – Incêndio Florestal



(Directiva Operacional Nacional nº 2/2008)

A fase Primeira Intervenção:

- **Bombeiros Voluntários;**  
⇒Avançam para o local onde deflagra o incêndio, iniciando desde logo as acções da 1ª Intervenção.
- **Equipas de Sapadores Florestais;**  
⇒A sua intervenção desencadear-se-á na dependência técnica da Autoridade Florestal Nacional, e na dependência operacional do Comandante de Operações de Socorro.
- **GIPS (Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro da GNR);**  
⇒Dispõem de viaturas equipadas com Kits de 1.ª Intervenção;  
⇒Dispõem de uma equipa (5 elementos) helitransportada, sediada no CMA de Pampilhosa da Serra, onde está estacionado um helicóptero ligeiro – HB06 (Fase Charlie)).
- **Juntas de Freguesia;**





⇒ As 10 (dez) freguesias possuem viaturas todo o terreno, equipadas com um Kits de 1ª Intervenção.

A fase de Combate assenta em esquemas de formação e directivas de operação adequadas, contando com apoio dos:

- Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra;
- Recursos do Município de maquinaria pesada (bulldozer, etc.) da Câmara Municipal e particulares;
- Meios municipais logísticos e de apoio ao combate;
- Infra-estruturas de apoio ao combate (rede de pontos de água, etc.)

A fase de Rescaldo é uma fase crucial do combate, pois permite evitar eventuais reacendimentos. Nesta fase intervém:

- Os Bombeiros;
- As equipas de Sapadores Florestais;
- Os GIPS;
- As equipas da Juntas de Freguesia;
- As Forças Armadas.

A fase de Vigilância Pós-Rescaldo:

- É assegurada pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presentes no Teatro de Operações (TO);
- Assegura a permanência no terreno de Equipas de Sapadores Florestais, juntas de freguesia, elementos das FA, em articulação com as cadeias de comando próprias, ou outras qualificadas para o efeito, até que se certifique não existirem sinais de actividade de combustão.

Em todo o cenário, os agentes e entidades envolvidas devem dispor de informação sobre as características do terreno, rede vária principal e secundária, é, também, vital o conhecimento dos caminhos e acesso florestais, assim como às infra-



estruturas de apoio (RPA, etc.). Todas estas informações são fornecidas pelo SMPC, GNR e GF do Município.

A evacuação da população é feita para a Zona de Concentração Local (ZCL), os locais devem coincidir, sempre que possível, com estruturas fixas bem conhecidas (campos de futebol, pavilhões gimnodesportivos, etc.) e junto aos acessos da rede viária principal. As populações das escolas, lares, centros de dia, centro de saúde, entre outras, são evacuadas directamente para a Zona de Reunião e Irradiação (ZRI), funciona como Zona de Concentração Local. A ZRI é o local onde os evacuados recebem a primeira ajuda.

## **5 – CARTOGRAFIA**

Toda a cartografia apresentada foi desenvolvida a quando do PMDFCI- 2009 de Pampilhosa da Serra. Desenvolvida no arcView 3.2, no sistema de Projecção de Gauss – Elipsoide Hayford, Datum de Lisboa, coordenadas Hayford/Gauss.

## **SECÇÃO III**

Em anexo os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.



## **ANEXO1 – INVENTÁRIOS DE MEIOS E RECURSOS**

### **Quadro 1 – Frota de veículos dos Bombeiros Voluntários**

TIPO DE VEÍCULO		MATRICULA	MARCA	LOCALIZAÇÃO
ABTD – 01	Ambulância	42-IZ-62	Mercedes 207	Pampilhosa da Serra
ABTD – 04	Ambulância	32-LG-88	Mercedes 210	Pampilhosa da Serra
ABTD – 03	Ambulância	44-26-QL	Volkswagen LT 35	Unhais-O-Velho
ABTD – 08	Ambulância	65-50-QO	Mercedes 250	Pampilhosa da Serra
ABTD – 05	Ambulância	04-27-UO	Volkswagen LT 35	Pampilhosa da Serra
ABTD – 02	Ambulância	20-CF-85	Volkswagen	Pampilhosa da Serra
ABTM – 06	Ambulância	04-48-TU	Volkswagen LT 35	Pampilhosa da Serra
ABTM – 07	Ambulância	48-92-BB	Mitsubishi	Pampilhosa da Serra
ABSC – 01	Ambulância	15-97-ZD	Volkswagen LT 35	Pampilhosa da Serra
ABTM – 11	Ambulância	95-11-ZE	Volkswagen LT 35	Pampilhosa da Serra
ABTM – 07	Ambulância	71-CL-22	Volkswagen	Pampilhosa da Serra
ABTM – 08	Ambulância	30-82-MN	Volkswagen	Pampilhosa da Serra
ABTM – 10	Ambulância	05-GV-32	Volkswagen	Pampilhosa da Serra
ABTM – 09	Ambulância	05-GV-31	Volkswagen	Pampilhosa da Serra
ABSC – 02	Ambulância	09-24-ZH	Volkswagen LT 35	Pampilhosa da Serra
ABSC – 03	Ambulância	30-LO-59	Mercedes Benz	Pampilhosa da Serra
VCOT – 01	Comando	01-GN-43	Mitsubishi	Pampilhosa da Serra
VCOT – 02	Comando	32-16-DR	Toyota	Pampilhosa da Serra
VAPA – 01	Carro cozinha	OX-01-26	Mitsubishi	Pampilhosa da Serra
VTGC – 03	Transporte de doentes	04-91-2P	Volvo	Pampilhosa da Serra
VETA - 01	Veículo especial	FX-47-27	UMM	Pampilhosa da Serra
VLCI – 02	Veiculo ligeiro combate incêndios	RM-79-74	Toyota Hailux	Unhais-O-Velho
VLCI – 01	Veiculo ligeiro combate incêndios	10-LE-38	Toyota Hilus	Pampilhosa da Serra
VLCI – 03	Veiculo ligeiro combate incêndios	70-74-VI	Land Rover (Difender)	Pampilhosa da Serra
VECI – 07	Veiculo Especial Combate Incêndios	86-AJ-22	Mercedes L710-36	Pampilhosa da Serra
VRCI – 04	Veiculo rural combate incêndios	VU-41-46	Mercedes 1619	Pampilhosa da Serra
VFCI – 01	Veiculo florestal combate incêndios	32-DS-10	Mercedes Benz	Unhais-O-Velho
VFCI – 05	Veiculo florestal combate incêndios	18-76-DN	Mercedes 1317	Unhais-O-Velho
VFCI – 06	Veiculo florestal combate incêndios	00-89-PX	Mercedes 1225	Pampilhosa da Serra
BSRS	Bote de Socorro e Resgate		B14	Pampilhosa da Serra
VECI-08	Veiculo Especial Combate Incêndio	97-BH-05	Scania P114	Pampilhosa da Serra
VSAT-01	Viatura de desencarsamento	96-DD-08	MAN L80	Pampilhosa da Serra



**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

**Quadro 2 – Frota de veículos das Juntas de Freguesias, GIPS e Associação Produtores Florestais**

Entidade	Identificação da Equipa	Tipo de Viatura		Equipamento de suspensão hidráulico			Ferramenta de Sapador						
		4x4	4x2	Capacidade de água (L)	Potência (hp)	Comprimento total de mangueiras (m)	Folção	Ancinho	Ancinho/Enxada (MML Lead)	Polaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
Associação Produtores Florestais Pam. Da Serra	SF_09-164	1	0	400	9	60			2	1	1	4	
Junta Freguesia Fajão	SF_25-164	1	0	400	9	60	1	1	2	1	1	4	
GNR	GIPS	3	0	500	9	100	1	1	2	1	1	4	4
Junta de freguesia Portela do Fojo	Junta de freguesia Portela do Fojo	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Machio	Junta de freguesia Machio	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Pessegueiro	Junta de freguesia Pessegueiro	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Pampilhosa da Serra	Junta de freguesia Pampilhosa da Serra	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Cabril	Junta de freguesia Cabril	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Vidual	Junta de freguesia Vidual	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Fajão	Junta de freguesia Fajão	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Unhais-O-Velho	Junta de freguesia Unhais-O-Velho	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Dornelas do Zêzere	Junta de freguesia Dornelas do Zêzere	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Junta de freguesia Janeiro de Baixo	Junta de freguesia Janeiro de Baixo	1	0	500	9	100	1	1	2	1	0	2	1
Município de Pampilhosa da Serra	Sapadores Municipais	1	0	400	9	80							



**Quadro 3 – Locais de Apoio às operações**

<b>Tipo de Local</b>	<b>Localização</b>
Centro Saúde	Pampilhosa da Serra
Pavilhão Municipal	
Residência de estudantes	
Santa Casa da Misericórdia	
Campo de Futebol	
Estaleiro Municipal	
Residencial “Casa Velha”	
Resineira	
Bombeiros Voluntários	Pampilhosa da Serra Unhais-O-Velho
Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra Dornelas do Zêzere
Associação de Solidariedade de Dornelas do Zêzere	Dornelas do Zêzere
Centro de dia	Amoreira Machio de Cima Pessegueiro Fajão Cabril Vidual Esteiro Portas do Souto
Casa de Convívio	Em todas as aldeias do concelho
Residencial “As beiras”	Casal da Lapa
Residencial “A Cadeia”	Fajão
Casa da Moita	
Casa da Professora (residencial)	Trinhão



**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

**Quadro 4 – Maquinaria de Apoio**

Descrição da Maquinaria Pesada	Quantidade de Maquinaria	Custo de aluguer (€/hora)	Nome da Empresa	Nome Responsável	Telefone/ Telemóvel	Localização
Máq. Caterpillar D3 equipadas c/ Bulldozer e grade	2	35.00	C. Bandeira & Filhos	Sr. Casimiro	235 772 724 964809724	Esporão Góis
Máq. Caterpillars D6 equipadas c/ Bulldozer e ripper	2	50.00				
Máq. Caterpillar D6 equipadas c/ Bulldozer Ripper e grade 4500 kg	1					
Máq. Komatsu 60E equipadas c/ Bulldozer e Ripper	2					
Giratória Caterpillar	1					
Moto niveladora	1	40.00				
Rectro-escavadora	2	30.00				
Tractor com corta matos	1					
Plataforma	1	2€/km				
Máq. Caterpillars D6 equipadas c/ Bulldozer	2	50.00	ADESA	Dr. Mauro	91 8702671	Penacova
Moto niveladora	2					
Plataforma	1					
Máq. Giratória	1	50.00				
Plataforma	1	2€/km				
Máq. KomatsuSK714	3		Município de Pampilhosa da Serra	Sº António Dias Encarregado Geral	93 5905004	Estaleiro Municipal Pampilhosa da Serra
Máq. Caterpilla	3					
Moto niveladora	3					
Plataforma	1					



## **ANEXO 2- LISTA DE CONTACTOS**

<b>Entidades</b>	<b>Responsável</b>	<b>Contactos</b>
CDOS de Coimbra CODIS	António Fernando Ferreira Martins (Ten. Cor.)	239 854 060 239 854 061 (FAX)
SMPC	Jorge Custódio	93 590 5003
Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra	Marco Alegre	93 2532960

<b>Entidade</b>	<b>Serviço</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Telefone/FAX</b>
AFN	Unidade de Gestão Florestal - Pinhal Interior Norte	Eng.º João Bicho	Chefe da Unidade	239 990010
AFN	Unidade de Gestão Florestal - Pinhal Interior Norte	Eng.ª Inês Lopes	CPE	239990010
AFN	Estrutura Coord. Dispositivo Prevenção Estrutural	Eng.º Paulo Albino	CME	933206564
SMPC	Protecção Civil	José Brito	Director	93 590 5002
	Vigilância	Gabinete de Protecção Civil		235 590 320
Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra	Comando	Marco Alegre	Comandante	93 2532960 235 594122
Guarda Nacional Republicana	Comandante do Posto	Santos	Sargento	96 119 5184
	Posto GNR			235 590108 (fax) 235 590 100
Guarda – Florestal SEPNA	GF	Ramos	MFP	96 868 92 28
Associação de Produtores Florestais de		Técnica	Sónia Oliveira	93 454 12 17
		Administrativa	Cristina Vaz	235 594 768



**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

Pampilhosa da Serra	Sapadores Florestais	Cristina Gil	Chefe de Equipa	96 468 9108
ADESA		Francisco Ricardo Dr. Mauro	Coordenador do D6D	235 590 320 91 870 2671 235 594 634
Centro de Saúde Pampilhosa Serra	Apoio	Dr. Mário João Dr. António Baptista	Director Delegado de Saúde	96 613 4294 235 590 200 966134452
Governo Civil Coimbra	Apoio	Dr. Henrique José Lopes Fernandes	Governador Civil	Fax: 239 852 808 239 852 800
INEM	Apoio			Fax: 239 401 484 239 797 800
Santa Casa da Misericórdia de Pamp. Serra	Apoio	Sr. António Sérgio  Dr.ª Elisabete	Provedor  Assistente social	235 590 110 96 691 1982 96 127 3386  96 649 3507
Residência de Estudantes da Pamp.	Apoio	Dr.ª Anabela	Directora	235 590 260
EDP	Piquete na Pampilhosa	José Martins		93 683 0324
Centro Distrital Seg.Social de Coimbra	Apoio			144 – Linha Nacional Emergência Social 96 677 8869
Farmácia Central	Apoio			235 594 127
Super mercado	Apoio			235 594 080
Padaria pampidoce	Apoio			235 594 300
Padaria antiga	Apoio			235 594 167
Freguesia Cabril	Apoio	João Custódio	Presidente Equipa Vigilante	932678137 938856470
Freguesia Fajão	Apoio	Carlos Simão	Presidente Equipa Vigilante	93 9372002 937402589
Freguesia Dornelas do Zêzere	Apoio	Silvério Gonçalves	Presidente Equipa Vigilante	933390575 938856476





**Plano Municipal de Emergência**  
**De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra**

Freguesia de Janeiro de Baixo	Apoio	José Martins	Presidente Equipa Vigilante	932669365 935752623
Freguesia de Machio	Apoio	Álvaro Margarido	Presidente Equipa Vigilante	968084325 938856466
Freguesia de Pampilhosa da Serra	Apoio	António Olivença	Presidente Equipa Vigilante	932135600 935752619
Freguesia Portela do Fojo	Apoio	Henrique Marques	Presidente Equipa Vigilante	964538413 938856479
Freguesia Pessegueiro	Apoio	Maria Teresa Neves	Presidente Equipa Vigilante	235 556028 938856474
Freguesia Unhais-o-Velho	Apoio	José Baptista	Presidente Equipa Vigilante	937133773 935752667
Freguesia Vidual	Apoio	Américo Almeida	Presidente Equipa Vigilante	962674005 935752639



### **ANEXO 3 - MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES**

Os relatórios tem por objectivo permitir aos intervenientes na emergência avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidentes grave ou catástrofe, dando-lhe assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível controlarem as situações e minimizar os seus efeitos.

#### **TIPOS DE RELATÓRIOS**

##### **- Relatórios imediatos de situação**

Têm origem nas forças ou meios locais de intervenção e/ou no sistema local de Protecção Civil e destinam-se às entidades e escalões superiores.

São transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível e, atendendo às circunstâncias, podendo ser verbais.

##### **- Relatórios de situação Geral**

Podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de Protecção Civil e destinam-se aos escalões imediatamente superiores.

Podem ser periódicos, a horário previamente estabelecido, ou a solicitação de entidades com competência para tal.

Podem ser verbais ou escritos.

##### **- Relatórios especiais de situação**

São elaborados por qualquer meio ou força de intervenção ou do sistema de Protecção Civil, a solicitação dos escalões superiores e destinam-se a esclarecer pontos específicos ou sectoriais da situação, devendo ser escritos.



## **RELATÓRIO DE SITUAÇÃO**

### **ESQUEMA**

- 1. Tipo/Natureza da ocorrência**
- 2. Data/Hora da ocorrência**
- 3. Área/Local/Zona de ocorrência**
- 4. Distrito/Concelho/Localidade abrangida**
- 5. Condições de ocorrência**
- 6. Condições meteorológicas actuais e previstas**
- 7. Vitimas estimadas**
  - 7.1. Mortos**
  - 7.2. Feridos ligeiros**
  - 7.3. Feridos graves**
  - 7.4. Desalojados**
  - 7.5. Desaparecidos**
  - 7.6. Evacuados**
- 8. Danos em edifícios**
  - 8.1. Habitações (ligeiros, graves, destruídos)**
  - 8.2. Centro de saúde (ligeiros, graves, destruídos)**
  - 8.3. Escolas (ligeiros, graves, destruídos)**
  - 8.4. Mercados (ligeiros, graves, destruídos)**
  - 8.5. Públicos (ligeiros, graves, destruídos)**
  - 8.6. Hotéis e Pensões (ligeiros, graves, destruídos)**
- 9. Danos em vias de comunicação**
  - 9.1. Vias de comunicação rodoviárias**
  - 9.2. CMA**
- 10. Danos em transportes**
  - 10.1. Meios de transporte público**
  - 10.2. Veículos**
- 11. Disponibilidades**
  - 11.1. CMA – Centro de Meios aéreos**
- 12. Disponibilidades em transmissões**



- 12.1.** Rede telefónica pública
- 12.2.** Rede rádio protecção civil
- 12.3.** Rede rádio G.N.R.
- 12.4.** Rede rádio dos bombeiros
- 12.5.** Rede rádio amador e Banda do Cidadão
- 12.6.** Outras redes
- 13.** Disponibilidade em água, saneamento e electricidade
  - 13.1.** Rede de águas
  - 13.2.** Rede de saneamento
  - 13.3.** Rede eléctrica
- 14.** Necessidade de socorro/assistência requerida
  - 14.1.** Assistência médica
  - 14.2.** Evacuação médica
  - 14.3.** Hospitais, postos de socorros ou de triagem
  - 14.4.** Alimentos/água
  - 14.5.** Abrigos
  - 14.6.** Alojamento
  - 14.7.** Vestuário
  - 14.8.** Meios de transporte
  - 14.9.** Combustíveis
  - 14.10.** Equipamentos especiais (geradores, equipamento de detecção, material de descontaminação, etc.)
  - 14.11.** Viaturas especiais (máquinas de rasto, gruas, retro escavadoras, etc.)
  - 14.12.** Equipamentos e materiais
  - 14.13.** Material de telecomunicações
- 15.** Forças empenhadas e disponíveis
- 16.** Outros danos
- 17.** Outras necessidades
- 18.** Comentários finais
- 19.** Grupo data/hora e responsável



Plano Municipal de Emergência  
De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra



<b>DIVISÃO:</b>	_____	<b>REQ. EXTERNA Nº</b>	_____
<b>SECÇÃO:</b>	_____	<b>DATA:</b>	_____
<b>SERVIÇO REQUISITANTE:</b>	_____	<b>COD:</b>	_____
<b>DESTINO DA AQUISIÇÃO:</b>	_____		
<b>FORNECEDOR:</b>	_____		
<b>MORADA:</b>	_____	<b>CT. Nº:</b>	205 000 487

## A Contabilidade



#### **ANEXO 4- MODELOS DE COMUNICADOS**

### **COMUNICADO À COMUNICAÇÃO SOCIAL N.º \_\_/2009**

Assunto: Acidente/Incêndio/.....

Exmos. Srs.

Junto enviamos ao vosso prestigiado Órgão de Comunicação Social comunicado/informação que a seguir se transcreve.

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Com os melhores cumprimentos,

**Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra**

\_\_\_\_\_  
**(Presidente da Câmara Municipal/Representante da Protecção Civil...)**



## ANEXO 5- LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO

## Folha de Controlo

[illegible]





## Folha de registo de exercícios do PME

[illegible]



## **ANEXO 7- LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO**

O PME foi distribuído pelas seguintes entidades e organismos:

- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Comando Distrital de Operações de Socorro;
- Governo civil do Distrito de Coimbra;
- Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra;
- Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra;
- Guarda Nacional Republicana de Pampilhosa da Serra;
- COM;
- Serviço da Segurança Social;
- Juntas de Freguesia de: Cabril, Dornelas do Zêzere, Fajão, Janeiro de Baixo, Machio, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro, Portela do Fojo, Unhais-o-Velho e Vidual;
- Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra;
- Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra;
- Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra;
- Guarda Nacional Republicana;
- GIPS;
- Municípios adjacentes: Goís; Arganil; Pedrogão Grande; Oleiros; Fundão, Sertã e Covilhã;



## **ANEXO 8 - LEGISLAÇÃO**

### **Referência Legislativa**

- Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março com alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho – Lei das autarquias locais que, atribui ao Presidente da Câmara Municipal a direcção Municipal de Protecção Civil. Criação dos Serviços Municipais de Protecção Civil.
- Lei n.º 25/85, de 12 Agosto – alteração do Decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Março (atribuições das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos) (Diário da República n.º 184, I 12 Agosto 85)
- Decreto-Lei 363/88, de 14 de Outubro – Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às Autarquias Locais. Calamidade Pública (Diário da Republica n.º 238, I 14 de Outubro 88)
- Decreto-Lei n.º100/84, de 29 de Março com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho – Alteração do regime de atribuições das Autarquias Locais e das competências dos respectivos órgãos (Diário da República n.º 133, I-A, 12 de Junho 91)
- Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro – Estatuto e Competência dos Governadores Civis
- Lei n.º 23/97 no Diário da República n.º 150/97, I-A, 2 de Julho de 1997 – Atribuições e Competências das freguesias
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias.
- Lei n.º 27/2006 no Diário da República n.º 126, de 3 de Julho de 2006 – Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil.
- Decreto-lei n.º 134/2006, de 25 de Julho de 2006 (SIOPS)
- Lei n.º 65/2007. D.R. n.º 217, Série I de 2007-11-12
- Decreto-Lei n.º 344/2007. D.R. n.º 198, Série I de 2007-10-15
- Resolução n.º 25/2008. D.R. n.º 138, Série II de 2008-07-18



## **ANEXO 9 - BIBLIOGRAFIA**

Plano Nacional de Defesa Da Floresta Contra Incêndios, DGRF, 2007

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, CMPS, 2009

Correia, Fernando – Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, 7ª edição,  
Edições Almedina SA., Coimbra, 2006



## **10-LISTA DE ACRÓNIMOS**

ADESA- Associação de Desenvolvimento Regional  
AFN- Autoridade Florestal Nacional  
ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil  
APC – Agente de Protecção Civil  
ATP – Auto tanque pesado  
BVPS – Bombeiros Voluntários Pampilhosa da Serra  
CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro  
CM – Câmara Municipal  
CMA – Centro de Meios Aéreos  
CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios  
CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil  
CMPS – Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra  
CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro  
COOFAS – Cooperativa Florestal Alto da Serra  
DREC – Direcção Regional de Educação  
ECIN – Equipas de Combate a Incêndios Florestais  
EDP- Electricidade de Portugal  
GIPS – Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
GF – Gabinete Florestal  
INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica  
LBPC – Lei de Bases da Protecção Civil  
PCT- Posto de Controlo de Tráfico  
PME – Plano Municipal de Emergência  
SEPNA – Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente  
SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil  
SMSPC – Serviço Municipal de Pampilhosa da Serra de Protecção Civil  
ZCL – Zona de Concentração Local  
ZRI – Zona de Reunião e Irradiação



Plano Municipal de Emergência  
De Protecção Civil De Pampilhosa da Serra